



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP

ANÁLISE

Análise nº 33/2024/SEOSP-ASCPO

PROCESSO : 0069.003445/2023-51

OBJETO : EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA O GERENCIAMENTO DE OBRAS, PROJETOS E CONVÊNIOS DA SECRETARIA ESTADUAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEOSP DO ESTADO DE RONDÔNIA.

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO - [REDACTED] (0052465513)

DE : SEOSP-ASCPO

PARA : SEOSP-GAB

1. APRESENTAÇÃO

1.1 – Trata o presente do atendimento aos despachos SUPEL-CPLO 0052465566 e SEOSP-GAB 0052480749, que encaminham a impugnação elaborada pelo [REDACTED], nos seguintes termos:

Considerando o e-mail apresentado pela licitante [REDACTED] (ID 0052465513), no dia 03/09/2024. Considerando tratar de questionamentos relativos a ordem técnica e tendo em vista que a abertura inicial do referido processo dar-se-á no dia 11 de setembro de 2024, às 10h (horário oficial de Brasília). Solicitamos do Setor Técnico análise e parecer, para que esta CPLO/RO, possa estar respondendo ao licitante, com URGÊNCIA.

2. DA ADMISSIBILIDADE

2.1 – A entidade sindical de ora em diante denominada impugnante apresentou seu recurso aos 03/09/2024 sendo previsto no instrumento convocatório:

8.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa e licitante poderá solicitar ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAR o instrumento convocatório deste Edital, devendo o licitante mencionar o número do PREGÃO ELETRÔNICO, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: cplo.supel.ro@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pela Pregoeira, pelo telefone (0XX) 69.3212-9243, para não tornar sem efeito), ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda-feira à sexta[1]feira, situada na Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira – Edifício Rio Pacaás Novos – 2º Andar, CEP 76.801-470, Porto Velho/RO

(...)

8.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o

terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da licitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.2 – Conforme consta na peça recursal a impugnação em tela foi encaminhada ao e-mail daf@supel.ro.gov.br e não ao indicado no Edital: cplo.supel.ro@gmail, portanto ao menos quanto a tais parâmetros formais não foram atendidas as exigências editalícias.

2.3 – Pelo exposto observa-se que o documento foi apresentado TEMPESTIVAMENTE, no entanto não por meio adequado.

3. DAS ALEGAÇÕES

3.1 – Partindo da afirmativa não comprovada na peça recursal de que o objeto em tela apresenta natureza predominantemente intelectual e que não se trata de serviço comum de engenharia o Impugnante alega:

3.1.1 – A inaplicabilidade do pregão ao objeto do certame

Expressão por expressão, palavra por palavra –, “gerenciamento”, e “fiscalização de obras” – o cotejo direto do edital com o art. 6º, XVIII, “d” da Lei 14.133/21 revela que, sem qualquer margem para disputa (porque as letras, as palavras e os signos linguísticos são exatamente os mesmos), o objeto licitado (se não por inteiro, em sua maior e mais relevante parcela) consiste em serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

...

Bem ao contrário, a Lei 14.133/21 impõe que, para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (como os ora licitados), é obrigatória a adoção da modalidade concorrência com critério de julgamento por melhor técnica ou técnica e preço (art. 37, § 2º).

3.1.2 – O valor de referência orçado e a disposição do art. 37, §2º da Lei nº 14.133/21

Tendo em vista que o valor orçado do certame atinge a quantia de 5.649.713,83 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil setecentos e treze reais e oitenta e três centavos)., é evidente que supera os R\$ R\$ 359.436,08 previstos em lei, o que de igual forma compromete a legalidade do edital quanto à modalidade licitatória, dado que somente pelo valor, os serviços técnicos especializados aqui licitados deveriam sê-lo pela técnica e preço ou melhor técnica.

3.1.3 – A impertinência do sistema de registro de preços

Com efeito, os serviços de engenharia consultiva, notadamente os que envolvem o escopo do objeto licitado, não possuem essa padronização generalizada e essa possibilidade de serem prestados de uma maneira uniforme, o que impede que sejam contratados via ata de registro de preço, já que devem obedecer a uma série de rigores técnicos e características, que devem ser particularizadas a cada contratação, mediante termos de referência individualizados em contratações distintas.

(...)

Ante o exposto, é de rigor a revogação do presente edital, tendo em vista a impertinência de se adotar a ata de registro de preço para a futura contratação de serviços de engenharia complexos, como os de gerenciamento, supervisão e fiscalização.

3.1.4 – Por fim requer:

- a) *Seja recebida e respondida a presente impugnação, no prazo legal de até três dias úteis, com o reconhecimento da procedência dos argumentos suscitados acima, para que o edital em questão seja retificado e republicado, deixando de adotar o pregão como modalidade licitatória para a contratação do objeto pretendido, bem como deixe de se adotar o menor preço e o sistema de registro de preços, adotando-se, subsequentemente, as demais providências pertinentes, em especial o cancelamento da data final atualmente fixada para a sessão pública (11 de setembro de 2024);*
- b) *Sejam todas as comunicações, ofícios e publicações oficiais relativas ao feito em questão veiculadas em nome dos advogados Julio de Souza Comparini, inscrito na OAB/SP sob o nº [REDACTED] endereço eletrônico [REDACTED], e Gabriel Costa Pinheiro Chagas, inscrito na OAB/SP sob o nº [REDACTED], endereço eletrônico [REDACTED];*

4. DA ANÁLISE

4.1 - Em apertada síntese, o impugnante questiona a modalidade de licitação adotada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 90209/2024/SUPEL/RO desta Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP.

Pois bem.

A modalidade da licitação foi objeto de análise durante a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, consoante informado Projeto Básico anexo ao referido Edital.

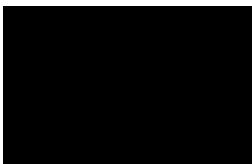
A solução escolhida abrange a prestação de serviços técnicos especializados, no entanto é possível determinar objetivamente, no edital, padrões de desempenho e qualidade, por meio de especificações usuais de mercado, a teor do que dispõe o inciso XIII do art. 6ª da Lei no 14.133/2021.

Frise-se, outrossim, que o Projeto Básico e seus anexos trazem o detalhamento necessário para cada um dos produtos relacionadas ao objeto, tais como as normas técnicas aplicáveis e atividades a serem desenvolvidas.


Nesse passo, tem-se que os serviços são executados segundo técnicas e protocolos conhecidos e, embora possa haver variações metodológicas, a qualidade do trabalho é atestada mediante o confronto com normas técnicas e profissionais preestabelecidas pelas entidades regulamentadoras.

Toda a fundamentação juntada ao Projeto Básico deixa evidente que a SEOSP cuidou de definir objetivamente os padrões de desempenho e qualidade, por meio de especificações usuais de mercado, garantindo, destarte, uma clara compreensão dos requisitos por parte dos licitantes, e não deixando margem para questionamentos acerca do enquadramento como serviços comuns. Não há falar, portanto, em “exercício de discricionariedade” ou ilegalidade, como alegado pelo sindicato impugnante.

Inclusive, cabe de relevo mencionar que o aludido sindicato faz referência ao art. 29 da Lei no 14.133/2021, transcrevendo em caixa alta, negrito e sublinhado o teor de seu parágrafo único, sem, no entanto, destacar as partes finais do aludido parágrafo e do respectivo caput. Senão vejamos no seguinte trecho na impugnação:



Parágrafo único. **O pregão NÃO SE APLICA ÀS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.**



Ora, a teor do parágrafo acima transcrito, tem-se que o pregão se aplica aos serviços comuns de engenharia, definidos na alínea “a” do inciso XXI do art. 6º da Lei no 14.133/2021 como sendo **“todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade**, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens” - grifamos.

Ou seja, adota-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que

possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, inclusive na hipótese de serviços comuns de engenharia.

Com efeito, o fato de o objeto exigir capacitação técnica específica não é suficiente, de per si, para excluí-lo do conceito de “serviço comum”.

Por oportuno, traz-se à colação o entendimento dos professores Jessé Torres Pereira Junior, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, 7a ed., Renovar, 2007, p. 1054 e Vera Scarpinella, in Licitação na Modalidade de Pregão, Malheiros, 2003, p. 81:

*“Em aproximação inicial do tema, pareceu que ‘comum’ também sugeria simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. **O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser ‘comum’**, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração, a modalidade Pregão é cabível a despeito da maior sofisticação do objeto.” Grifamos*

Importa, ainda, transcrever excertos do Acórdão no 713/2019-Plenário do TCU, no qual restou determinada a adoção da modalidade pregão para a contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), senão vejamos:

(...)

14. Foi apontado o emprego de modalidade indevida de licitação na contratação sob análise nestes autos. O certame previu a realização de licitação com critério de julgamento ‘técnica e preço’ para a contratação de serviços de engenharia consultiva de apoio às atividades da ANTT. Entretanto, isso contraria a jurisprudência mais moderna do TCU, a qual determina que serviços dessa natureza, em regra enquadrados como ‘serviços comuns’ (aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado), sejam contratados por meio de pregão (art. 1o, da Lei 10.520/2002).

(...)

Análise

18. O parágrafo único do art. 1o da Lei 10.520/2002 estabelece que ‘serviço comum’ é aquele cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

19. No caso concreto, o edital de licitação objetivamente determina as características de cada um dos serviços a serem prestados. Por exemplo, o projeto básico exige que a futura contratada apresente o ‘Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento’. Esse relatório deve indicar, entre outros dados, as medidas relativas ao levantamento defletoométrico em 40% da malha abrangida. Já se encontra detalhado no projeto básico como deve ocorrer esse controle defletoométrico

(...)

20. Observa-se, pois, que o produto a ser contratado é um ‘serviço comum’, uma vez que suas características se encontram objetivamente especificadas em termos usuais de mercado, como as normas técnicas do DNIT e INMETRO, assim como no estabelecido no PER.

(...)

24. O voto condutor do Acórdão 3.341/2012-Plenário (Ministro-Relator: José Múcio Monteiro) revela que não existe incongruência em considerar um serviço técnico profissional especializado como comum:

‘7. Portanto, para esta Corte de Contas, o serviço de supervisão de obras deve ser, em regra licitado na modalidade pregão, pois, na maioria dos casos, seu padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido, conforme previsão legal.

8. Como bem mostra a unidade técnica, conquanto as atividades em análise sejam complexas para leigos, não o são para as empresas de supervisão e consultoria, que fornecem, habitualmente, serviços semelhantes ao que ora se discute. Desse modo,

as especificações seguem parâmetros do mercado, como obriga a lei.’

(...)

31. Não existe óbice legal, portanto, à utilização do pregão para as contratações de serviços de engenharia, desde que sejam considerados comuns. Tal entendimento já foi, inclusive, objeto de súmula desta Corte de Contas (Súmula 257/2010): ‘O uso do

pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei 10.520/2002.'

(...)

35. Do exposto, pode-se concluir que ocorreu a utilização da modalidade indevida de licitação no certame examinado, uma vez que os objetos que se pretendiam contratar, quais sejam, serviços técnicos especializados de engenharia consultiva e supervisão dos trechos das rodovias concedidos pela ANTT, podem ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, enquadrando-se como 'serviços comuns', cabendo, pois, sua contratação por meio de pregão, em consonância com a legislação, art. 1o, da Lei 10.520/2002, bem como com

jurisprudência desta Corte, a exemplo do Acórdão 2.932/2011-TCU-Plenário."

No referido acórdão, o relator, Ministro Bruno Dantas, teceu, em seu voto, as seguintes considerações:

"(..."

18. Segundo o art. 1o, parágrafo único, da Lei 10.520/2002, consideram-se serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Acerca da definição legal, creio que o ponto determinante é a existência de especificações usuais no mercado, visto que a definição objetiva dos padrões de desempenho e qualidade deve ser um requisito em qualquer licitação e não apenas no pregão.

19. Essa análise quanto à caracterização de um serviço como comum não é trivial e deve ser avaliada caso a caso. Nesse sentido, cabe transcrever trecho do parecer do Ministério Público junto ao TCU incorporado ao voto do Acórdão 1.092/2014-TCU-Plenário:

"Quanto à primeira das apontadas irregularidades, sou do entendimento de que o enquadramento de determinado serviço como comum ou não, para fins de aplicabilidade do pregão, deve ser realizado não simplesmente em função do rótulo dado ao serviço, mas das suas características e do que ele realmente envolve e representa no caso concreto que se considera. Isso equivale a dizer que classificar ou não um determinado serviço como comum reclama, acima de tudo, um exame predominantemente fático, de natureza técnica."

20. Por ser um tema recorrente no TCU, a jurisprudência do Tribunal tem definido precedentes que servem para uma melhor definição da questão. De início, ressalto o entendimento de que não é a complexidade do serviço ou a necessidade de capacitação técnica que irá afastar a possibilidade de utilização do pregão, como bem exposto no voto do Acórdão 1.046/2014-TCU-Plenário, a seguir transcrito:

"18. Primeiramente, há que se ter em mente que 'bem ou serviço comum' deve ser entendido como aquele que detém características padronizadas, identificável por denominação usual no mercado. Portanto, a noção de 'comum' não está vinculada à estrutura simples de um bem ou de um serviço. Do mesmo modo, a estrutura complexa também não é razão bastante, por si só, para retirar a qualificação de 'bem ou serviço comum'.

19. Outro aspecto a ser mencionado diz respeito a se especificidades na execução do serviço ou a necessidade de capacitação técnica específica excluiriam a qualificação de 'comum', impedindo o uso do pregão. A meu ver, a resposta é negativa, pois um 'serviço comum' é aquele cujo mercado domina as técnicas de sua realização, de modo a permitir uma oferta segura em face das exigências previstas no edital.

20. A interpretação acima se fundamenta na parte final do parágrafo único do art. 2º da Lei 10.520/2002, que faz menção expressa a 'especificações usuais no mercado'.

Ora, a complexidade do serviço não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de 'serviço comum', mas sim o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Caso apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e se encontre disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio, o serviço pode ser classificado como serviço comum. 21. Em síntese, entendo que a intenção do legislador não foi ater-se à dicotomia serviço simples X serviço complexo. Na verdade, a adequação ao conceito 'bem ou serviço comum' deve se revelar diante do caso concreto.

22. Ante as considerações acima, afasto o argumento de que os serviços de auditoria independente, simplesmente por exigirem conhecimentos específicos do profissional, não se encaixariam na definição de serviço comum."

21. Dessa forma, a mera alegação de que os serviços a serem contratados por meio da Concorrência 1/2018 são serviços genericamente descritos como serviços "técnicos especializados" ou serviços de "engenharia consultiva" não é suficiente para justificar a escolha da modalidade concorrência. Examinando ainda a jurisprudência do TCU mais especificamente quanto à contratação de serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras, os quais são muito similares aos serviços da licitação ora em exame, verifica-se a consolidação do entendimento de que é possível a licitação desses serviços por meio do

Note-se, a propósito, que o julgado trazido a lume trata de serviços genericamente descritos como serviços “técnicos especializados” ou serviços de “engenharia consultiva”, ramo de atividade que, coincidentemente, refere-se ao objeto em tela e coaduna-se com o âmbito de atuação do [REDACTED], ora impugnante.

Ademais, consoante destacaram João Paulo Forni, Francismary Souza Pimenta Macial e Nicola Espinheira da Costa Khoury^[1], ao fazerem referência a este mesmo acórdão, “assentou o ministro que a repetição da licitação utilizando-se o pregão está “de acordo com o interesse público, tendo em vista que a utilização do pregão tem proporcionado maior eficiência e economicidade às licitações, mediante a ampliação da competitividade e a maior agilidade dos procedimentos”, e, ainda, “que a qualidade das contratações não resta prejudicada [pela adoção do pregão], desde que se estabeleçam adequadamente os critérios de habilitação e qualificação técnica e econômico-financeira”.

Os referidos autores seguem aduzindo que:

“(...) também se depreende da NLCC, são as características do objeto que conduzem à seleção do critério de julgamento adequado, e este à escolha da modalidade. Se os padrões de desempenho do objeto puderem ser auferíveis por especificações usuais de mercado — o que se dá nos chamados serviços comuns — cabe menor preço ou maior desconto e, por consequência, pregão. Nos casos remanescentes, em que a administração precisar lançar mão de avaliações mais fluidas, ou ponderações entre soluções técnicas distintas, embora aceitáveis, cabem os critérios da melhor técnica ou conteúdo artístico e a técnica e preço, e, por decorrência dessa escolha, a concorrência.

No caso dos serviços de engenharia, diversamente do que ocorre nos demais objetos, a eleição do critério menor preço ou maior desconto pode, de fato, levar a uma ou a outra modalidade licitatória. No entanto, essa ambiguidade não parece, em princípio, implicar efeitos relevantes na regularidade ou na eficiência da licitação, qualquer que seja o caminho adotado. A inovação realmente merecedora de atenção reside na racionalidade proporcionada pelas novas regras da NLCC: nos serviços de engenharia, assim como em qualquer outro objeto, a seleção do critério de

julgamento — e dos procedimentos que lhes são próprios — deve ser orientada pelas características da contratação, de modo que fiquem reservados os ritos mais alongados e complexos somente para as contratações que justificarem o ônus.”

Como se observa, tanto a jurisprudência do TCU como a doutrina evidenciam que a modalidade de licitação e o critério de julgamento estão atrelados à definição da natureza do objeto, analisando-se, em cada caso concreto, o enquadramento dos serviços como comuns ou não.

Tal entendimento está em consonância com a Orientação Normativa no 54/2014 da AGU, que assim dispõe:

COMPETE AO AGENTE OU SETOR TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO DECLARAR QUE O OBJETO LICITATÓRIO É DE NATUREZA COMUM PARA EFEITO DE UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO E DEFINIR SE O OBJETO CORRESPONDE A OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, SENDO ATRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO JURÍDICO ANALISAR O DEVIDO ENQUADRAMENTO DA MODALIDADE LICITATÓRIA APLICÁVEL.

De relevo destacar, outrossim, que diversos órgãos da Administração, de todas as esferas vêm adotando o pregão como modalidade de licitação para contratação de objetos semelhantes ao do presente planejamento, consoante se observa nos links a seguir:

- TRT14 - <https://pncp.gov.br/app/editais/00509968000148/2024/1162>;

- JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA - <https://pncp.gov.br/app/editais/00508903000188/2024/701>;

- COMANDO DO EXERCITO Recife/PE - <https://pncp.gov.br/app/editais/00394452000103/2024/12718>;

• TRE-RN - <https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2024/1977>.

• NºPregão:900092024 / UASG:200116 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - Departamento de Polícia Rodoviária Federal - 5ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal
Objeto: Pregão Eletrônico Contratação de empresa para prestação de serviço comum de arquitetura/engenharia, para assessorar na fiscalização, acompanhamento, gerenciamento, supervisão e assessoramento da Administração Pública durante a execução da obra de reforma do prédio 11 do complexo da sede da SPRF/RJ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Homologação: 17/07/2024 - Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

• NºPregão:6412023 / UASG:393011 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes 12ª Unidade de Infra-estrutura Terrestre

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão das Obras de adequação de capacidade, duplicação, restauração, melhorias de segurança e eliminação de pontos críticos BR-080/DF, km 0,00 ao km 24,60.

Data: 23/04/2024 09:00 Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

• NºPregão:6262023 / UASG:393011 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes 12ª Unidade de Infra-estrutura Terrestre

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de supervisão da execução e supervisão ambiental das obras e demais operações necessárias e suficientes para a construção da ponte sobre o Rio Araguaia em Luiz Alves - GO e seus acessos na BR-080/GO/MT.

Data: 27/03/2024 10:00 Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

• NºPregão:612023 / UASG:784810 - MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA MARINHA - Centro de Intendencia da Marinha em Belem

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço comum de engenharia para acompanhamento, gerenciamento, supervisão e assessoramento da Fiscalização da Administração Pública durante a execução da obra de Reforma e readequação do refeitório do Complexo Naval de Val-de-Cães.

Data: 10/01/2024 09:30 Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

• NºPregão:6422023 / UASG:393011 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes 12ª Unidade de Infra-estrutura Terrestre

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO).

Homologação: 12/03/2024 09:20 Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Vide ata em anexo - 0052576900

Ata de Realização do Pregão Eletrônico

Nº 00006/2023 (SRP)

• NºPregão:252023 / UASG:195023 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Objeto: Serviço de supervisão de obras por empresa especializada na prestação dos serviços de consultoria técnica e de execução de obras no estado de Pernambuco, respeitando a área de atuação da 15ª Superintendência Regional da Codevasf.

Homologação: 17/01/2024 13:00 - Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 00025/2023 (SRP)

• NºPregão:252023 / UASG:463390 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANA

Objeto: Contratação de Empresa de Consultoria para Execução de Serviços Técnicos de Supervisão e Apoio à Fiscalização da Execução de Obras de Implantação, Restauração e/ou Ampliação de Capacidade de Rodovias e Obras de Arte Especiais, por Produto, no Âmbito da Superintendência Regional Noroeste e da Diretoria Técnica do DER/PR.

Data: 28/11/2023 14:00 Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

• NºLicitação:1042298 - MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO CONDE / (4) COSEL - SEINF - SEC MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia diagnóstica, para prestação de serviços comuns de engenharia consultiva e assessoria técnica, de forma continuada, para análise, avaliação e gerenciamento de riscos operacionais e de compliance em contratos de execução de obras públicas e serviços de engenharia, celebrados no âmbito do poder executivo municipal em São Francisco do Conde-Ba.

Homologação: 16/04/2024 12:46 Fonte: www.licitacoes-e.com.br

Registre-se que todos os certames supracitados foram publicados no presente exercício (2024).

Obiter dictum, ainda que não estivesse exaustivamente demonstrado nos autos o enquadramento dos serviços como comuns, considerando-os exclusivamente como técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, de modo a invocar a aplicação do art. 37, § 2º, da Lei no 14.133/2021, a adoção da melhor técnica ou de técnica e preço como critério de julgamento e, consequentemente, a concorrência como modalidade de licitação, não seria, de per si, garantia de uma boa contratação.

No particular, transcreve-se trecho da pertinente manifestação do Ministro Benjamin

Zymler em entrevista ao Portal Sollicita^[2]:

“Há amplo espectro de evidências de que as licitações de “técnica e preço” não produzem resultados satisfatórios em contratações da administração pública. Refiro-me ao processo consolidador do plano anual de fiscalização de obras do TCU, de relatoria do Ministro Bruno Dantas, o qual trouxe que, em um universo de 1.688 fiscalizações realizadas pelo TCU durante um período de 10 anos, foram constatados 1.158 achados com o título de “Projeto básico deficiente, inexistente ou desatualizado”, sendo esta uma das constatações mais frequentes do TCU em suas ações de controle externo envolvendo obras públicas.

Há milhares de obras inacabadas por erros de projeto, conforme levantamento promovido pelo Acórdão 1.079/2019-Plenário, demonstrando que licitações de técnica e preço não são eficazes para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Além do elevadíssimo custo administrativo para a promoção dos certames licitatórios de melhor técnica ou de técnica e preço, há de se enfatizar o caráter paralisante e burocrático das licitações de “técnica e preço” ou “melhor técnica”, com diversos registros de certames que se alongam por mais de um ano para serem processados.

Quando comparadas com os custos e o tempo de processamento de um típico pregão eletrônico, as licitações de técnica e preço podem durar e custar dezenas de vezes mais.

Os certames licitatórios de melhor técnica ou técnica e preço implicam também em elevados custos para o particular que deseja contratar com a administração, sendo onerado pelo custo de desenvolver suas propostas técnicas, o que pode resultar na diminuição do universo de potenciais licitantes.

Finalmente, há diversas observações do TCU associando o uso da licitação de técnica e preço ao direcionamento de certames licitatórios, à colusão de licitantes e à restrição ao caráter competitivo da licitação. Nesse sentido, cito como exemplo o Acórdão 479/2015-Plenário de minha relatoria.”

Importa ainda considerar o relevante trabalho exposto pela ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO, CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA COORDENAÇÃO conforme NOTA n. 00082/2024/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU (cópia em anexo 0052577011):

9. Os serviços de engenharia consultiva estavam e estão conceituados como "técnicos profissionais especializados" ou "técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual", tanto na Lei 8.666/1993 como na Lei 14.133/2021, respectivamente.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

(...)

IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;

(...)

d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;

10. Tais serviços eram e continuam sendo trazidos exemplificativamente como passíveis de contratação direta por inexigibilidade se com profissionais ou empresas de notória especialização (artigo 25, II, da Lei 8.666/1993; artigo 74, III, da Lei 14.133/2021). No regime anterior, inclusive era prevista preferencialmente a modalidade concurso para sua contratação (artigo 3, §1º) e isso nunca foi causa de maiores preocupações e justificativas. No atual, o concurso também é aventado (artigo 6º, XXXIX).

11. Eram e continuam sendo serviços mais aptos aos critérios de julgamento melhor técnica ou técnica e preço (artigo 46 da Lei 8.666/1993; artigo 36, §1º, da Lei 14.133/2021), que não podem ser utilizados no pregão.

12. Ou seja, tais previsões permanecem as mesmas e nunca significaram (e nem poderiam) que os serviços de engenharia consultiva não são e não podem ser comuns. Aliás, sua grande maioria sempre foi e continua sendo comum. grifamos

14. Em sua 5ª edição, de dez/2023, do Manual de Licitações & Contratos: orientações e jurisprudência do TCU, já no atual regime, corrobora isso quanto a um dos serviços de engenharia consultiva (gerenciamento de obras), mas cuja razão é a mesma para as demais:

Acórdão 3395/2015-Plenário [Enunciado] São considerados serviços comuns, tornando viável a utilização do pregão para sua contratação, os serviços de gerenciamento de obras, desde que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado.

15. Todavia, a previsão do artigo 29, parágrafo único, da Lei 14.133/2021, tem gerado algumas interpretações no sentido de que tais serviços não devem ser licitados por pregão; ou seja, uma presunção legal absoluta de sua qualificação como não comuns:

Quanto ao Critério de julgamento, expõe o Advogado da União Coordenador da e-CJU Engenharia:

21. Ocorre que, uma vez qualificado como comum, será utilizado o pregão. Essa obrigatoriedade recai apenas para os serviços não comuns nas demais modalidades cabíveis. Ser serviço de engenharia consultiva acima desse valor não o desqualifica como comum, quando assim foi definido.

Por fim conclui:

b) Sendo comum, utiliza-se obrigatoriamente o pregão e o critério de julgamento será sempre o menor preço ou maior percentual de desconto.

No caso em questão, o Projeto Básico referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 90209/2024/SUPEL/RO estabeleceu parâmetros mínimos de qualidade para os serviços a serem contratados, garantindo que mesmo a seleção pelo menor preço não comprometeria a qualidade ou a eficácia dos serviços prestados. Essa medida assegura que todas as propostas atendam a um padrão de qualidade essencial antes de ser considerado o preço como fator decisivo.

A justificativa para a escolha do critério de menor preço, foi, portanto, baseada na avaliação de que, uma

vez atendidos os requisitos de qualidade e compatibilidade, o preço se tornaria o fator determinante para a seleção da proposta mais vantajosa.

Por certo que a impugnante desconheceu a informação constante no Projeto Básico conforme item 6.10:

6.10.1 - A padronização dos serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia antes mesmo da Lei 14.133/2021 já os caracterizava como serviços comuns de engenharia:

ACÓRDÃO: Acórdão 3395/2015-Plenário

RELATOR: BENJAMIN ZYMLER

ÁREA: Licitação

TEMA: Pregão

SUBTEMA: Obras e serviços de engenharia

OUTROS INDEXADORES: Supervisão

TIPO DO PROCESSO: DENÚNCIA

ENUNCIADO: São considerados serviços comuns, tornando viável a utilização do pregão para sua contratação, os serviços de gerenciamento de obras, desde que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado.

EXCERTO

Voto:

28. Acerca do assunto, entendi que o objeto da presente licitação ' serviço de engenharia para gerenciamento das obras de preparação do terreno e construção da infraestrutura, urbanização e edificações finalísticas e de apoio do Complexo dos Institutos Nacionais de Saúde (CIN) - poderia ser considerado serviço comum de engenharia, pois possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

29. Ademais, verifiquei que o Tribunal, por meio do Acórdão 2932/2011-TCU-Plenário, acolheu o entendimento do eminente **Ministro Valmir Campelo de que "geralmente, os serviços de supervisão ou de consultoria podem ser considerados como serviço comum" e, por essa razão, "é cabível a utilização da licitação na modalidade pregão,** especificando detalhadamente os serviços que a empresa de supervisão ou de consultoria deverá prestar, ressaltando as situações excepcionais em que tais serviços não se caracterizam como serviços comuns, caso em que deverá ser justificada a adoção de outra modalidade". (Trecho da Ementa) .

30. Com isso, admitido o uso da modalidade pregão, compreendi que não houve irregularidade quanto ao prazo ofertado para apresentação das propostas, não sendo cabível nenhuma medida processual.

ACÓRDÃO: Acórdão 3341/2012-Plenário

RELATOR: JOSÉ MUCIO MONTEIRO

ÁREA: Licitação

TEMA: Pregão

SUBTEMA: Obras e serviços de engenharia

OUTROS INDEXADORES: Supervisão

TIPO DO PROCESSO: REPRESENTAÇÃO

ENUNCIADO: Os serviços de supervisão de obras devem, em regra, ser licitados na modalidade pregão, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser, na maioria das vezes, objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

Voto:

7. Portanto, para esta Corte de Contas, o serviço de supervisão de obras deve ser, em regra, licitado na modalidade pregão, pois, na maioria dos casos, seu padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido, conforme previsão legal.

8. Como bem mostra a unidade técnica, conquanto as atividades em análise sejam complexas para leigos, não o são para as empresas de supervisão e consultoria, que fornecem, habitualmente, serviços semelhantes ao que ora se discute. Desse modo, as especificações seguem parâmetros do mercado, como obriga a lei.

Diante do exposto, para leigos conforme Acórdão 3341/2012 as atividades podem ser consideradas complexas, no entanto para

empresas de supervisão e consultoria que comum e habitualmente fornecem os serviços estes são comuns, sem complexidade técnica e operacional, estando padronizados com medidas e especificações usuais de mercados. Assim sabendo-se que a licitação não visa a contratação de leigos mas sim de empresa especializada, não vislumbram-se obstáculos técnicos para que sejam considerados como comuns em perfeita consonância com o inciso I do Art. 85 da Lei 14.133/2021.

A teoria do sindicato impugnante não encontra abrigo na vasta jurisprudência existente, veja:

Acórdão 505/2018-Plenário | Relator: AUGUSTO NARDES

Na aquisição de serviços comuns de engenharia, a Administração deve utilizar obrigatoriamente a modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, devendo justificar a inviabilidade dessa forma caso adote o pregão presencial.

Acórdão 713/2019-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS

São considerados serviços comuns, tornando obrigatória a utilização do pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, os serviços de engenharia consultiva com padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado (art. 1º da Lei 10.520/2002 c/c art. 4º do Decreto 5.450/2005).

5. DA ANÁLISE DA PGE/RO

O Parecer nº 237/2024/PGE-SEOSP □□□(0050543967) estabeleceu no presente processo:

13. O Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, estabelece a modalidade de pregão eletrônico como obrigatório para serviços de engenharia e/ou arquiteturas caracterizadas como comuns, vejamos:

Art. 180. As contratações de serviços de engenharia e/ou arquiteturas caracterizadas como comuns deverão ser licitadas na modalidade pregão, preferencialmente eletrônico.

Parágrafo único. Compete ao setor técnico declarar se o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia e/ou arquitetura.

Art. 65. Para contratação de bens e serviços de natureza comum será utilizada obrigatoriamente a modalidade licitatória pregão, em sua via eletrônica.

§ 1º Compete à Pasta requisitante a definição da modalidade licitatória, devendo ser devidamente atestado nos autos por parte do setor técnico que os bens ou serviços são comuns, bem como a elaboração de justificativa no caso da utilização de modalidade diversa da prevista no caput.

6. DAS COTAÇÕES REALIZADAS COM AS EMPRESAS AFILIADAS AO SINAENCO

Conforme devidamente comprovado nos autos, para fins de cotações foram consultadas as seguintes empresas pertencentes ao rol de afiliadas do sindicato impugnante:

- a) [REDACTED] – Não respondeu ao e-mail de cotação;
- b) [REDACTED] – Não respondeu ao e-mail de cotação
- c) [REDACTED] – respondeu que a expertise e atestados da empresa são referentes à engenharia rodoviária, não tendo como avaliar os dimensionamentos e a precificação para o objeto da licitação; e
- d) [REDACTED]
[REDACTED] – Não respondeu ao e-mail de cotação.

Portanto as empresas consultadas que compõem o [REDACTED] sequer se dignaram a apresentar cotações

sendo que apenas a CONSOL declarou que o objeto da licitação não se configura na expertise desta. Assim sendo, resta que o interesse do impugnante aparenta ser intervir e conturbar o processo licitatório.

7. CONCLUSÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a minudente análise ora demonstrada evidencia, de forma cristalina, a necessidade de manutenção da modalidade de licitação e do critério de julgamento. Diante disso, sugerimos ao Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP:

- I - CONHECER a impugnação interposta pelo [REDACTED], vez que tempestiva;
- II - NO MÉRITO, NÃO ACOLHÊ-LA pelas razões anteriormente aduzidas;

JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO

Coordenadora em Substituição da Coordenação de Projetos e Orçamentos - CPO
Portaria nº 558 de 05 de agosto de 2024 (0051492708)
Membro da Comissão de Planejamento de Contratações - SEOSP
Portaria nº 195 de 06 de março de 2024

[1] <https://www.conjur.com.br/2023-jun-15/opinioao-servicos-comuns-engenharia-lei-14133/>

[2] <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/16582/contrata%C3%A7%C3%A3o-de-projetos-de-engenharia-por-preg%C3%A3o-eletr%C3%B4nico%3F>



Documento assinado eletronicamente por **JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO**, **Coordenador(a)**, em 06/09/2024, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0052573205** e o código CRC **193E2D81**.

Referência: Caso responda esta Análise, indicar expressamente o Processo nº 0069.003445/2023-51

SEI nº 0052573205

393011.6422023 .47874 .4808 .262515812035



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
12ª Unidade de Infra-estrutura Terrestre

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00642/2023

Às 09:00 horas do dia 18 de janeiro de 2024, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria nº 2.732/2023 de 23/05/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 50612003295202341, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00642/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1**Descrição:** Supervisão / Gerenciamento / Fiscalização - Projeto Construção / Obras Cíveis**Descrição Complementar:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO E SUPERVISÃO AMBIENTAL DOS SERVIÇOS REMANESCENTES DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE, IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS E ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS NA RODOVIA BR-020/GO, PERÍMETRO URBANO DE FORMOSA (GO).**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 1**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 8.451.460,9900**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** -**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Situação:** Aceito e Habilitado com intenção de recurso**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Aceito para:** DYNATEST ENGENHARIA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 5.293.400,0000 .**Histórico****Item: 1 - Supervisão / Gerenciamento / Fiscalização - Projeto Construção / Obras Cíveis****Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
00.604.322/0001-40	ENGESPRO ENGENHARIA LTDA	Não	Não	1	R\$ 7.451.460,9900	R\$ 7.451.460,9900	14/01/2024 22:43:32
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO) Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)							
33.146.648/0001-20	CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A	Não	Não	1	R\$ 8.366.946,3800	R\$ 8.366.946,3800	17/01/2024 20:10:15
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)							
92.930.643/0001-52	ECOPLAN ENGENHARIA LTDA	Não	Não	1	R\$ 8.451.460,9900	R\$ 8.451.460,9900	17/01/2024 09:51:15
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)							
33.830.043/0001-53	ENECON ENGENHARIA LTDA.	Não	Não	1	R\$ 8.451.460,9900	R\$ 8.451.460,9900	17/01/2024 10:16:21
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de supervisão da execução e supervisão ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade,							

	implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)						
56.993.496/0001-04	C-3 PLANEJAMENTO, CONSULTORIA E PROJETO LTDA	Não	Não	1	R\$ 8.451.460,9900	R\$ 8.451.460,9900	17/01/2024 17:17:12
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)						
00.103.582/0001-31	NOVA ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S.A.	Não	Não	1	R\$ 8.451.460,9900	R\$ 8.451.460,9900	17/01/2024 17:34:49
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)						
32.116.154/0001-30	DYNATEST ENGENHARIA LTDA	Não	Não	1	R\$ 8.451.460,9900	R\$ 8.451.460,9900	17/01/2024 18:14:50
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)						
32.963.001/0001-28	DIRECAO CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA	Não	Não	1	R\$ 8.451.460,9900	R\$ 8.451.460,9900	17/01/2024 20:25:21
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)						
28.542.082/0001-15	NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA.	Não	Não	1	R\$ 8.451.460,9900	R\$ 8.451.460,9900	17/01/2024 23:45:47
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)						
42.267.203/0001-99	TRAFECON ENGENHARIA LTDA	Sim	Não	1	R\$ 8.451.460,9900	R\$ 8.451.460,9900	18/01/2024 02:31:10
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). Porte da empresa: ME/EPP						
88.849.773/0001-98	STE SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA SA	Não	Não	1	R\$ 8.451.460,9900	R\$ 8.451.460,9900	18/01/2024 07:09:35
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Supervisão da execução e supervisão ambiental dos serviços remanescentes das obras, de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)						
37.448.298/0001-07	GRAT SOLUTIONS LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 8.451.460,9900	R\$ 8.451.460,9900	18/01/2024 08:20:50
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). Porte da empresa: ME/EPP						
04.208.867/0001-98	RTA ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA	Não	Não	1	R\$ 8.451.460,9900	R\$ 8.451.460,9900	18/01/2024 08:24:52
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO). Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)						

Lances (Obs: lances com * na frente indicam que foram excluídos)		
Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 8.451.460,9900	32.963.001/0001-28	18/01/2024 09:00:00:323
R\$ 8.451.460,9900	28.542.082/0001-15	18/01/2024 09:00:00:323
R\$ 8.451.460,9900	42.267.203/0001-99	18/01/2024 09:00:00:323
R\$ 8.451.460,9900	88.849.773/0001-98	18/01/2024 09:00:00:323
R\$ 8.451.460,9900	04.208.867/0001-98	18/01/2024 09:00:00:323

	R\$ 8.451.460,9900	92.930.643/0001-52	18/01/2024 09:00:00:323
	R\$ 8.451.460,9900	33.830.043/0001-53	18/01/2024 09:00:00:323
	R\$ 8.451.460,9900	56.993.496/0001-04	18/01/2024 09:00:00:323
	R\$ 8.451.460,9900	00.103.582/0001-31	18/01/2024 09:00:00:323
	R\$ 8.451.460,9900	32.116.154/0001-30	18/01/2024 09:00:00:323
	R\$ 8.451.460,9900	37.448.298/0001-07	18/01/2024 09:00:00:323
	R\$ 8.366.946,3800	33.146.648/0001-20	18/01/2024 09:00:00:323
	R\$ 7.451.460,9900	00.604.322/0001-40	18/01/2024 09:00:00:323
	R\$ 7.450.000,0000	37.448.298/0001-07	18/01/2024 09:11:00:093
	R\$ 7.500.000,0000	42.267.203/0001-99	18/01/2024 09:11:42:777
	R\$ 8.450.000,0000	00.103.582/0001-31	18/01/2024 09:12:15:557
	R\$ 6.338.595,7400	32.963.001/0001-28	18/01/2024 09:12:20:617
	R\$ 6.254.081,1326	33.146.648/0001-20	18/01/2024 09:12:41:183
	R\$ 6.507.624,9600	88.849.773/0001-98	18/01/2024 09:12:49:960
	R\$ 6.300.000,0000	42.267.203/0001-99	18/01/2024 09:13:11:310
	R\$ 6.260.000,0000	37.448.298/0001-07	18/01/2024 09:13:30:697
	R\$ 6.336.905,4500	56.993.496/0001-04	18/01/2024 09:13:51:420
	R\$ 5.916.022,6900	32.963.001/0001-28	18/01/2024 09:14:15:017
	R\$ 5.831.508,0800	32.116.154/0001-30	18/01/2024 09:14:38:873
	R\$ 5.746.993,4732	33.146.648/0001-20	18/01/2024 09:14:51:013
	R\$ 5.800.000,0000	42.267.203/0001-99	18/01/2024 09:15:17:170
	R\$ 5.699.500,0000	32.116.154/0001-30	18/01/2024 09:15:33:933
	R\$ 5.493.449,6400	32.963.001/0001-28	18/01/2024 09:15:50:480
	R\$ 5.500.000,0000	37.448.298/0001-07	18/01/2024 09:16:00:170
	R\$ 5.620.065,9753	33.146.648/0001-20	18/01/2024 09:16:12:397
	R\$ 5.293.400,0000	32.116.154/0001-30	18/01/2024 09:16:19:553
	R\$ 5.500.000,0000	42.267.203/0001-99	18/01/2024 09:17:13:650
	R\$ 7.450.000,0000	00.103.582/0001-31	18/01/2024 09:17:41:987
	R\$ 5.500.000,0000	04.208.867/0001-98	18/01/2024 09:18:08:630
	R\$ 5.600.000,0000	28.542.082/0001-15	18/01/2024 09:18:18:740
	R\$ 6.761.168,0000	92.930.643/0001-52	18/01/2024 09:18:39:757
	R\$ 5.662.236,7300	33.830.043/0001-53	18/01/2024 09:21:05:833
	R\$ 5.450.000,0000	37.448.298/0001-07	18/01/2024 09:24:59:377
	R\$ 5.295.000,0000	32.963.001/0001-28	18/01/2024 09:26:35:137
	R\$ 4.990.000,0000	37.448.298/0001-07	18/01/2024 09:29:02:000
	R\$ 4.787.885,2100	42.267.203/0001-99	18/01/2024 09:29:06:770
	R\$ 4.500.000,0000	28.542.082/0001-15	18/01/2024 09:30:27:393

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	18/01/2024 09:03:31	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	18/01/2024 09:10:01	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	18/01/2024 09:25:47	Item com etapa aberta encerrada.
Início 1a etapa fechada	18/01/2024 09:25:47	Convocados os fornecedores para a 1º etapa fechada que apresentaram lance entre R\$ 5.293.400,0000 e R\$ 5.662.236,7300.
Encerramento	18/01/2024 09:30:48	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa fechada	18/01/2024 09:30:48	Item com etapa fechada encerrada.
Abertura do prazo - Convocação anexo	18/01/2024 09:44:50	Convocado para envio de anexo o fornecedor NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA., CNPJ/CPF: 28.542.082/0001-15.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	18/01/2024 22:31:06	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA., CNPJ/CPF: 28.542.082/0001-15.
Recusa de proposta	25/01/2024 15:02:58	Recusa da proposta. Fornecedor: NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA., CNPJ/CPF: 28.542.082/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 4.500.000,0000. Motivo: O CONSÓRCIO NEOCONSTEC/OIKOS foi inabilitado nos termos no item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12 por não ter atendido os itens 9.11.5 e 9.12.3 do Edital nº 0642/2023-12 e os itens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.5, 10.2.7, 10.2.8 e 10.2.10.3 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.

05/09/2024, 08:58

Compras.gov.br - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

Abertura do prazo - Convocação anexo	25/01/2024 15:06:46	Convocado para envio de anexo o fornecedor TRAFECON ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 42.267.203/0001-99.			
Encerramento do prazo - Convocação anexo	26/01/2024 15:08:55	Encerrado pelo Pregoeiro o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor TRAFECON ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 42.267.203/0001-99.			
Recusa de proposta	06/02/2024 15:04:00	Recusa da proposta. Fornecedor: TRAFECON ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 42.267.203/0001-99, pelo melhor lance de R\$ 4.787.885,2100. Motivo: O CONSÓRCIO TRAFECON/PLANNUS foi inabilitado nos termos no item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12 por não ter atendido os itens 9.11.5 e 9.12.3 do Edital nº 0642/2023-12 e os itens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.5, 10.2.7, 10.2.8 e 10.2.10.3 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.			
Abertura do prazo - Convocação anexo	06/02/2024 15:08:51	Convocado para envio de anexo o fornecedor GRAT SOLUTIONS LTDA, CNPJ/CPF: 37.448.298/0001-07.			
Encerramento do prazo - Convocação anexo	07/02/2024 14:01:05	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor GRAT SOLUTIONS LTDA, CNPJ/CPF: 37.448.298/0001-07.			
Abertura do prazo - Convocação anexo	14/02/2024 19:03:02	Convocado para envio de anexo o fornecedor GRAT SOLUTIONS LTDA, CNPJ/CPF: 37.448.298/0001-07.			
Encerramento do prazo - Convocação anexo	15/02/2024 11:59:40	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor GRAT SOLUTIONS LTDA, CNPJ/CPF: 37.448.298/0001-07.			
Recusa de proposta	20/02/2024 15:05:13	Recusa da proposta. Fornecedor: GRAT SOLUTIONS LTDA, CNPJ/CPF: 37.448.298/0001-07, pelo melhor lance de R\$ 4.990.000,0000. Motivo: O CONSÓRCIO GRAT/ESSE foi inabilitado nos termos no item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12 por não ter atendido os itens 9.11.5 e 9.12.3 do Edital nº 0642/2023-12 e os itens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.5, 10.2.6 e 10.2.10.3 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.			
Abertura do prazo - Convocação anexo	20/02/2024 15:10:45	Convocado para envio de anexo o fornecedor DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30.			
Encerramento do prazo - Convocação anexo	21/02/2024 13:30:30	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30.			
Abertura do prazo - Convocação anexo	22/02/2024 20:34:49	Convocado para envio de anexo o fornecedor DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30.			
Encerramento do prazo - Convocação anexo	23/02/2024 11:53:05	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30.			
Abertura do prazo - Convocação anexo	26/02/2024 11:29:06	Convocado para envio de anexo o fornecedor DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30.			
Encerramento do prazo - Convocação anexo	26/02/2024 11:32:04	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30.			
Aceite de proposta	29/02/2024 15:04:14	Aceite individual da proposta. Fornecedor: DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30, pelo melhor lance de R\$ 5.293.400,0000.			
Habilitação de fornecedor	29/02/2024 15:09:21	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: DYNATEST ENGENHARIA LTDA - CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30			
Registro de intenção de recurso	29/02/2024 15:16:06	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: TRAFECON ENGENHARIA LTDA CNPJ/CPF: 42267203000199. Motivo: Registrar intenção de recurso habilitação			
Aceite de intenção de recurso	29/02/2024 15:40:39	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: TRAFECON ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 42267203000199.			
Intenções de Recurso para o Item					
CNPJ/CPF		Data/Hora do Recurso		Data/Hora Admissibilidade	Situação
42.267.203/0001-99		29/02/2024 15:16		29/02/2024 15:40	Aceito
		Motivo Intenção:Registrar intenção de recurso habilitação			
Troca de Mensagens					
Data		Mensagem			
Sistema	18/01/2024 09:00:01	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 1 item poderá estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 09:00 e 12:00 e entre 13:00 e 17:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 5 minutos. Mantenham-se conectados.			
Pregoeiro	18/01/2024 09:00:25	Bom dia, Sr(a)s. Licitantes.			

Pregoeiro	18/01/2024 09:00:32	Na qualidade de Pregoeira do DNIT-GO/DF, declaro aberta a sessão pública referente ao Pregão Eletrônico nº 0642/2023-12, cujo objeto é:
Pregoeiro	18/01/2024 09:00:37	“Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO)”.
Pregoeiro	18/01/2024 09:00:51	O critério de julgamento e adjudicação do presente certame será o de MENOR PREÇO.
Pregoeiro	18/01/2024 09:00:55	O modo de disputa será ABERTO E FECHADO, conforme item 7.9 do Edital.
Pregoeiro	18/01/2024 09:01:01	O valor MÁXIMO ADMITIDO para o objeto é de R\$ 8.451.460,99 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta reais e noventa e nove centavos).
Pregoeiro	18/01/2024 09:01:06	A inobservância do exposto anteriormente ensejará a desclassificação da proposta do licitante que houver ofertado preço acima do estimado pela Administração.
Pregoeiro	18/01/2024 09:01:10	Neste momento, a título de colaboração, farei alguns avisos:
Pregoeiro	18/01/2024 09:01:15	a) Todos os licitantes, ao participarem de licitações promovidas pelos entes da Administração Pública, firmam termo de que conhecem as disposições contidas nos editais que participam. Sabem, por consequência, que declarar possuir condições de participação sem tê-las pode acarretar proposta de sanção. Por esse motivo, solicito que encarem o processo licitatório com seriedade e atenção.
Pregoeiro	18/01/2024 09:01:19	b) É DEVER dos licitantes ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE TODAS AS SESSÕES PÚBLICAS, nos termos do item 5.5 do Edital, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão, ou diante de inobservância de qualquer mensagem.(...)
Pregoeiro	18/01/2024 09:01:23	(...) A negligência quanto ao exposto pode, inclusive, acarretar a aplicação das penalidades previstas no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão).
Pregoeiro	18/01/2024 09:01:28	c) Não serão toleradas condutas que configurem conluio, fraude, violação ao sigilo das propostas e burla à aplicação de sanções administrativas (impedimento indireto), de modo que, constatado conjunto de indícios – por meio de diligências e consultas às bases de dados –, as empresas envolvidas serão desclassificadas e passíveis de sanções.
Pregoeiro	18/01/2024 09:01:33	d) Como último aviso preliminar, informo que sempre será comunicado pelo CHAT a data e o horário das próximas Sessões, razão pela qual não se admitirá alegação sobre desconhecimento a este respeito.
Pregoeiro	18/01/2024 09:03:25	Informo que, após análise inicial das propostas, não se tornou necessário a desclassificação de nenhuma proposta.
Sistema	18/01/2024 09:05:00	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	18/01/2024 09:05:01	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 5 minutos. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	18/01/2024 09:06:33	Sr(a)s. Licitantes, a etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.
Pregoeiro	18/01/2024 09:07:02	Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
Pregoeiro	18/01/2024 09:07:07	Encerrado o prazo previsto anteriormente, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
Pregoeiro	18/01/2024 09:07:29	Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas anteriormente, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
Pregoeiro	18/01/2024 09:07:33	Conforme o Art. 33, § 6º do Decreto nº 10.024/2019, a fase de proposta fechada poderá ser reiniciada, a critério da Pregoeira, mediante justificativa, a fim de se obter o melhor preço possível.
Sistema	18/01/2024 09:10:01	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	18/01/2024 09:10:22	Sr(a)s. Licitantes, informo que está aberta a fase de lances do Item 1.
Pregoeiro	18/01/2024 09:10:27	Recomendo que NÃO OFEREÇAM VALORES INEXEQUÍVEIS ou INSUSTENTÁVEIS FINANCEIRAMENTE, pois o licitante que ofertar lance e não honrar a proposta ofertada, poderá responder a processo de apuração de responsabilidade, nos termos da Lei e do Edital do certame.
Pregoeiro	18/01/2024 09:12:33	Sr(a)s. Licitantes, melhorem suas propostas.
Sistema	18/01/2024 09:25:47	A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 5.293.400,0000 e R\$ 5.662.236,7300 poderá enviar um lance único e fechado até às 09:30:47 do dia 18/01/2024.
Sistema	18/01/2024 09:30:48	A etapa fechada do item 1 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 5.295.000,0000, R\$ 4.787.885,2100, R\$ 4.500.000,0000 e R\$ 4.990.000,0000.

Sistema	18/01/2024 09:30:48	O item 1 está encerrado.
Sistema	18/01/2024 09:32:32	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	18/01/2024 09:33:23	Sr(a)s. Licitantes, daremos início à fase de negociação. Permaneçam conectados e atentos às mensagens da Pregoeira.
Pregoeiro	18/01/2024 09:33:36	Para NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA. - Sr(a). Licitante, encontra-se conectado(a)?
28.542.082/0001-15	18/01/2024 09:34:18	Bom dia! Sim, estamos conectado.
Pregoeiro	18/01/2024 09:35:19	Para NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA. - Sr(a). Licitante, é dever da Administração Pública garantir um preço mais vantajoso, por meio da negociação. Assim sendo, deseja ofertar um lance melhor?
28.542.082/0001-15	18/01/2024 09:37:07	Infelizmente não conseguimos ofertar mais desconto.
Pregoeiro	18/01/2024 09:38:12	Para NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA. - Ante a recusa em negociar o preço ofertado, o valor da proposta final é de R\$ 4.500.000,00.
Pregoeiro	18/01/2024 09:38:23	Aguardem conectados enquanto verificamos a exequibilidade do lance vencedor.
Pregoeiro	18/01/2024 09:43:52	Sr(a)s. Licitantes, estando encerrada a etapa de negociação, em breve será aberta a convocação do anexo para envio da Proposta com menor preço e mais bem classificada até o momento, retificada conforme o melhor lance proposto, nos termos dos itens 7.30.2 e 10.1 do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	18/01/2024 09:44:01	Com base no item 9 – e respectivos subitens – do instrumento convocatório, o SICAF da empresa vencedora até o momento serão posteriormente consultados, assim como as certidões auxiliares de habilitação (CEIS, CNDT, TCU, CNJ, etc.), (...)
Pregoeiro	18/01/2024 09:44:05	(...) bem como os documentos de habilitação, de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira já inseridos no sistema, antes da abertura do certame, a fim de atestar sua plena conformidade com os requisitos do Edital.
Pregoeiro	18/01/2024 09:44:13	Para NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA. - Sr(a). Licitante, será aberta a convocação de anexo para envio da Proposta de Preços ajustada ao lance vencedor, nos termos dos itens 7.30.2 e 10.1 do Edital.
Pregoeiro	18/01/2024 09:44:18	Para NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA. - Solicitamos enviar os documentos descritos anteriormente, por meio do portal de Compras do Governo Federal, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a partir desta convocação, compactados e encaminhados em um único arquivo, pois após a primeira anexação, o sistema impossibilita a juntada de novos documentos.
Pregoeiro	18/01/2024 09:44:23	Para NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA. - Conforme item 7.30.2.1 do Edital, o prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, através do e-mail scl.go@dnit.gov.br, e formalmente aceita pela Pregoeira.
Pregoeiro	18/01/2024 09:44:39	Para NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA. - Salientamos que o não atendimento da presente convocação, dentro do prazo estipulado para tanto, enseja a desclassificação do certame e a aplicação da penalidade prevista no Art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão Eletrônico).
Sistema	18/01/2024 09:44:50	Senhor fornecedor NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA., CNPJ/CPF: 28.542.082/0001-15, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	18/01/2024 09:49:17	Sr(a)s. Licitantes, esta sessão pública será suspensa, sendo retomada amanhã, SEXTA-FEIRA, DIA 19 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10:00, para checar se o envio ocorreu conforme o determinado e, se for o caso, realizar diligências, convocar o licitante mais bem classificado na sequência, ou apresentar o vencedor.
Pregoeiro	18/01/2024 09:50:02	Portanto, estejam todos conectados. Tenham um bom dia.
Sistema	18/01/2024 22:31:06	Senhor Pregoeiro, o fornecedor NEOCONSTEC CONSULTORIA TECNICA LTDA., CNPJ/CPF: 28.542.082/0001-15, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	19/01/2024 10:05:15	Bom dia, Sr(a)s. Licitantes.
Pregoeiro	19/01/2024 10:05:26	Desculpem o atraso.
Pregoeiro	19/01/2024 10:05:36	Informamos que, dentro do prazo estabelecido, foi entregue, via anexo, a Proposta de Preços ajustada ao lance vencedor do CONSÓRCIO NEOCONSTEC/OIKOS.
Pregoeiro	19/01/2024 10:05:44	Informamos ainda que, para realizar uma melhor análise da documentação de habilitação e verificação da aceitabilidade da proposta, fica agendada nova sessão para QUINTA-FEIRA, DIA 25 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15:00, destinada a comprovar a adequação da proposta e o atendimento aos requisitos da documentação de habilitação, (...)
Pregoeiro	19/01/2024 10:05:49	(...) e, se for o caso, promover diligência, apresentar o resultado do julgamento da documentação, promover a habilitação, ou convocar licitante remanescente.
Pregoeiro	19/01/2024 10:05:57	Portanto, estejam todos conectados. Tenham um bom dia.
Pregoeiro	25/01/2024 15:00:04	Boa tarde, Sr(a)s. Licitantes.
Pregoeiro	25/01/2024 15:00:12	Estamos retomando nossas atividades.

Pregoeiro	25/01/2024 15:00:19	O item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12 determina:
Pregoeiro	25/01/2024 15:00:25	"9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital."
Pregoeiro	25/01/2024 15:00:46	Conforme análise da Documentação de Habilitação constante do item 3 do "Relatório de Análise da Menor Proposta de Preços Apresentada e de sua Documentação de Habilitação" (SEI nº 16796953), os atestados apresentados para os profissionais indicados para as categorias "Coordenador-Geral", "Engenheiro Sênior de Infraestrutura (Produto 2)" (...)
Pregoeiro	25/01/2024 15:00:55	(...) e "Engenheiro Sênior de Infraestrutura (Produto 4)" não atenderam as exigências do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	25/01/2024 15:01:03	Foi atendida somente a categoria "Engenheiro / Profissional Pleno (Meio Ambiente)", item 10.2.6 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	25/01/2024 15:01:16	O item 10.2 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12 é bem claro quando define os requisitos de habilitação referentes à Capacidade Profissional que deveriam ser apresentados, os quais o CONSÓRCIO NEOCONSTEC/OIKOS não cumpriu, tendo sido inabilitado nos termos no item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	25/01/2024 15:01:22	Assim, o CONSÓRCIO NEOCONSTEC/OIKOS foi considerado inabilitado nos termos no item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12 por não ter atendido os itens 9.11.5 e 9.12.3 do Edital nº 0642/2023-12 e os itens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.5, 10.2.7, 10.2.8 e 10.2.10.3 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	25/01/2024 15:01:27	Quanto à Proposta de Preços, os itens 8.9.1 e 8.12 do Edital nº 0642/2023-12 estabelecem:
Pregoeiro	25/01/2024 15:01:35	"8.9.1. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta
Pregoeiro	25/01/2024 15:01:39	8.12. Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade."
Pregoeiro	25/01/2024 15:01:51	Conforme análise constante do item 4 do "Relatório de Análise da Menor Proposta de Preços Apresentada e de sua Documentação de Habilitação" (SEI nº 16796953), para avaliação do item 6.10 do Edital nº 0642/2023-12 e dos itens 9.5, 9.6, 9.8 e 9.10 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12, (...)
Pregoeiro	25/01/2024 15:02:00	(...) seria necessário envio de diligência ao CONSÓRCIO NEOCONSTEC/OIKOS para saneamento das falhas encontradas em sua proposta de preços.
Pregoeiro	25/01/2024 15:02:08	Porém, fundamentando-se no princípio da economia processual, a Proposta de Preços do CONSÓRCIO NEOCONSTEC/OIKOS não foi avaliada em sua integralidade, tendo em vista sua inabilitação descrita acima.
Pregoeiro	25/01/2024 15:02:38	Assim, o CONSÓRCIO NEOCONSTEC/OIKOS será inabilitado nos termos no item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12 por não ter atendido os itens 9.11.5 e 9.12.3 do Edital nº 0642/2023-12 e os itens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.5, 10.2.7, 10.2.8 e 10.2.10.3 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	25/01/2024 15:03:12	Tendo em vista a desclassificação realizada, convocaremos a licitante seguinte, nos termos do item 8.13 do Edital.
Pregoeiro	25/01/2024 15:03:20	Sr(a)s. Licitantes, daremos reinício à fase de negociação. Permaneçam conectados e atentos às mensagens da Pregoeira.
Pregoeiro	25/01/2024 15:03:34	Para TRAFECON ENGENHARIA LTDA - Sr(a). Licitante, encontra-se conectado(a)?
42.267.203/0001-99	25/01/2024 15:03:55	Sim, estamos.
Pregoeiro	25/01/2024 15:04:25	Para TRAFECON ENGENHARIA LTDA - Sr(a). Licitante, é dever da Administração Pública garantir um preço mais vantajoso, por meio da negociação. Assim sendo, deseja ofertar um lance melhor?
42.267.203/0001-99	25/01/2024 15:05:14	Não é possível reduzirmos mais, Sr Presidente.
Pregoeiro	25/01/2024 15:05:39	Para TRAFECON ENGENHARIA LTDA - Ante a recusa em negociar o preço ofertado, o valor da proposta final é de R\$ 4.787.885,21.
Pregoeiro	25/01/2024 15:06:04	Sr(a)s. Licitantes, estando encerrada a etapa de negociação, em breve será aberta a convocação do anexo para envio da Proposta com menor preço e mais bem classificada até o momento, retificada conforme o melhor lance proposto, nos termos dos itens 7.30.2 e 10.1 do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	25/01/2024 15:06:08	Com base no item 9 – e respectivos subitens – do instrumento convocatório, o SICAF da empresa vencedora até o momento serão posteriormente consultados, assim como as certidões auxiliares de habilitação (CEIS, CNDT, TCU, CNJ, etc.), (...)
Pregoeiro	25/01/2024 15:06:13	(...) bem como os documentos de habilitação, de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira já inseridos no sistema, antes da abertura do certame, a fim de atestar sua plena conformidade com os requisitos do Edital.
Pregoeiro	25/01/2024 15:06:21	Para TRAFECON ENGENHARIA LTDA - Sr(a). Licitante, será aberta a convocação de anexo para envio da Proposta de Preços ajustada ao lance vencedor, nos termos dos itens 7.30.2 e 10.1 do Edital.
Pregoeiro	25/01/2024 15:06:28	Para TRAFECON ENGENHARIA LTDA - Solicitamos enviar os documentos descritos anteriormente, por meio do portal de Compras do Governo Federal, no prazo de até 24

		(vinte e quatro) horas a partir desta convocação, compactados e encaminhados em um único arquivo, pois após a primeira anexação, o sistema impossibilita a juntada de novos documentos.
Pregoeiro	25/01/2024 15:06:33	Para TRAFECOM ENGENHARIA LTDA - Conforme item 7.30.2.1 do Edital, o prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, através do e-mail scl.go@dnit.gov.br, e formalmente aceita pela Pregoeira.
Pregoeiro	25/01/2024 15:06:38	Para TRAFECOM ENGENHARIA LTDA - Salientamos que o não atendimento da presente convocação, dentro do prazo estipulado para tanto, enseja a desclassificação do certame e a aplicação da penalidade prevista no Art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão Eletrônico).
Sistema	25/01/2024 15:06:46	Senhor fornecedor TRAFECOM ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 42.267.203/0001-99, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	25/01/2024 15:09:29	Sr(a)s. Licitantes, esta sessão pública será suspensa, sendo retomada amanhã, SEXTA-FEIRA, DIA 26 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 16:00, para checar se o envio ocorreu conforme o determinado e, se for o caso, realizar diligências, convocar o licitante mais bem classificado na sequência, ou apresentar o vencedor.
Pregoeiro	25/01/2024 15:09:42	Portanto, estejam todos conectados. Tenham uma boa tarde.
Sistema	26/01/2024 15:08:55	Senhor fornecedor TRAFECOM ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 42.267.203/0001-99, o prazo para envio de anexo para o item 1 foi encerrado pelo Pregoeiro.
Pregoeiro	26/01/2024 16:00:21	Boa tarde, Sr(a)s. Licitantes.
Pregoeiro	26/01/2024 16:01:23	Estamos retomando nossas atividades.
Pregoeiro	26/01/2024 16:01:38	O prazo do CONSÓRCIO TRAFECOM/PLANNUS para envio da proposta de preços adequada ao último lance ofertado, exigida nos itens 7.30.2 e 10.1 do Edital, tinha encerramento previsto para as 15:06 de hoje, dia 26 de janeiro de 2024.
Pregoeiro	26/01/2024 16:01:57	Através de email datado de ontem, dia 25 de janeiro, às 23:49, o CONSÓRCIO TRAFECOM/PLANNUS relatou dificuldades em enviar, através do sistema Comprasnet, a proposta de preços adequada ao lance vencedor exigida nos itens 7.30.2 e 10.1, e enviou a documentação solicitada anexa ao citado email.
Pregoeiro	26/01/2024 16:02:15	Diante da dificuldade informada, que continuou durante o dia de hoje, foi aceita a proposta de preços enviada via email.
Pregoeiro	26/01/2024 16:05:16	Os documentos enviados estão disponíveis para consulta no site do DNIT (https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/licitacoes/superintendencias/editais-de-licitacoes) e também foram inseridos no Processo Administrativo nº 50612.003295/2023-41.
Pregoeiro	26/01/2024 16:05:28	Assim, confirmamos o recebimento tempestivo da documentação solicitada ao CONSÓRCIO TRAFECOM/PLANNUS.
Pregoeiro	26/01/2024 16:05:53	Informamos ainda que, para realizar uma melhor análise da documentação de habilitação e verificação da aceitabilidade da proposta, fica agendada nova sessão para TERÇA-FEIRA, DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2024, ÀS 15:00, destinada a comprovar a adequação da proposta e o atendimento aos requisitos da documentação de habilitação, (...)
Pregoeiro	26/01/2024 16:05:59	(...) e, se for o caso, promover diligência, apresentar o resultado do julgamento da documentação, promover a habilitação, ou convocar licitante remanescente.
Pregoeiro	26/01/2024 16:06:04	Estejam todos conectados. Tenham uma boa tarde.
Pregoeiro	06/02/2024 15:00:04	Boa tarde, Sr(a)s. Licitantes.
Pregoeiro	06/02/2024 15:00:13	Estamos retomando nossas atividades.
Pregoeiro	06/02/2024 15:00:22	O item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12 determina:
Pregoeiro	06/02/2024 15:00:28	"9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital."
Pregoeiro	06/02/2024 15:01:53	Conforme análise da Documentação de Habilitação do CONSÓRCIO TRAFECOM/PLANNUS, constante do item 3 do "Relatório de Análise da Menor Proposta de Preços Apresentada e de sua Documentação de Habilitação" (SEI! nº 16893351), (...)
Pregoeiro	06/02/2024 15:02:04	(...) os atestados apresentados para os profissionais indicados para as categorias "Coordenador-Geral", "Engenheiro Sênior de Infraestrutura (Produto 2)" e "Engenheiro Sênior de Infraestrutura (Produto 4)" não atenderam as exigências do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	06/02/2024 15:02:14	Foi atendida somente a categoria "Engenheiro / Profissional Pleno (Meio Ambiente)", item 10.2.6 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	06/02/2024 15:02:24	O item 10.2 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12 é bem claro quando define os requisitos de habilitação referentes à Capacidade Profissional que deveriam ser apresentados, os quais o CONSÓRCIO TRAFECOM/PLANNUS não cumpriu, tendo sido inabilitado nos termos no item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	06/02/2024 15:02:29	Assim, o CONSÓRCIO TRAFECOM/PLANNUS foi considerado inabilitado nos termos no item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12 por não ter atendido os itens 9.11.5 e 9.12.3 do Edital nº 0642/2023-12 e os itens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.5, 10.2.7, 10.2.8 e 10.2.10.3 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.

Pregoeiro	06/02/2024 15:02:32	Quanto à Proposta de Preços, os itens 8.9.1 e 8.12 do Edital nº 0642/2023-12 estabelecem:
Pregoeiro	06/02/2024 15:02:51	"8.9.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta
Pregoeiro	06/02/2024 15:02:55	(...) 8.12. Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade."
Pregoeiro	06/02/2024 15:03:10	Conforme análise constante do item 4 do "Relatório de Análise da Menor Proposta de Preços Apresentada e de sua Documentação de Habilitação" (SEI! nº 16893351), para avaliação do item 6.10 do Edital nº 0642/2023-12 e dos itens 9.5, 9.6, 9.8 e 9.10 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12, (...)
Pregoeiro	06/02/2024 15:03:22	(...) seria necessário envio de diligência ao CONSÓRCIO TRAFECON/PLANNUS para saneamento das falhas encontradas em sua proposta de preços.
Pregoeiro	06/02/2024 15:03:28	Porém, fundamentando-se no princípio da economia processual, a Proposta de Preços do CONSÓRCIO TRAFECON/PLANNUS não foi avaliada em sua integralidade, tendo em vista sua inabilitação descrita acima.
Pregoeiro	06/02/2024 15:03:35	Assim, o CONSÓRCIO TRAFECON/PLANNUS será inabilitado nos termos no item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12 por não ter atendido os itens 9.11.5 e 9.12.3 do Edital nº 0642/2023-12 e os itens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.5, 10.2.7, 10.2.8 e 10.2.10.3 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	06/02/2024 15:04:16	Tendo em vista a desclassificação realizada, convocaremos a licitante seguinte, nos termos do item 8.13 do Edital.
Pregoeiro	06/02/2024 15:04:21	Sr(a)s. Licitantes, daremos reinício à fase de negociação. Permaneçam conectados e atentos às mensagens da Pregoeira.
Pregoeiro	06/02/2024 15:04:29	Para GRAT SOLUTIONS LTDA - Sr(a). Licitante, encontra-se conectado(a)?
37.448.298/0001-07	06/02/2024 15:04:53	Sim, Sr Presidente.
Pregoeiro	06/02/2024 15:05:26	Para GRAT SOLUTIONS LTDA - Sr(a). Licitante, é dever da Administração Pública garantir um preço mais vantajoso, por meio da negociação. Assim sendo, deseja ofertar um lance melhor?
37.448.298/0001-07	06/02/2024 15:06:51	Não, este é nosso melhor valor.
Pregoeiro	06/02/2024 15:07:46	Para GRAT SOLUTIONS LTDA - Ante a recusa em negociar o preço ofertado, o valor da proposta final é de R\$ 4.990.000,00.
Pregoeiro	06/02/2024 15:08:02	Sr(a)s. Licitantes, estando encerrada a etapa de negociação, em breve será aberta a convocação do anexo para envio da Proposta com menor preço e mais bem classificada até o momento, retificada conforme o melhor lance proposto, nos termos dos itens 7.30.2 e 10.1 do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	06/02/2024 15:08:06	Com base no item 9 – e respectivos subitens – do instrumento convocatório, o SICAF da empresa vencedora até o momento serão posteriormente consultados, assim como as certidões auxiliares de habilitação (CEIS, CNDT, TCU, CNJ, etc.), (...)
Pregoeiro	06/02/2024 15:08:11	(...) bem como os documentos de habilitação, de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira já inseridos no sistema, antes da abertura do certame, a fim de atestar sua plena conformidade com os requisitos do Edital.
Pregoeiro	06/02/2024 15:08:20	Para GRAT SOLUTIONS LTDA - Sr(a). Licitante, será aberta a convocação de anexo para envio da Proposta de Preços ajustada ao lance vencedor, nos termos dos itens 7.30.2 e 10.1 do Edital.
Pregoeiro	06/02/2024 15:08:25	Para GRAT SOLUTIONS LTDA - Solicitamos enviar os documentos descritos anteriormente, por meio do portal de Compras do Governo Federal, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a partir desta convocação, compactados e encaminhados em um único arquivo, pois após a primeira anexação, o sistema impossibilita a juntada de novos documentos.
Pregoeiro	06/02/2024 15:08:32	Para GRAT SOLUTIONS LTDA - Conforme item 7.30.2.1 do Edital, o prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, através do e-mail scl.go@dnit.gov.br, e formalmente aceita pela Pregoeira.
Pregoeiro	06/02/2024 15:08:39	Para GRAT SOLUTIONS LTDA - Salientamos que o não atendimento da presente convocação, dentro do prazo estipulado para tanto, enseja a desclassificação do certame e a aplicação da penalidade prevista no Art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão Eletrônico).
Sistema	06/02/2024 15:08:51	Senhor fornecedor GRAT SOLUTIONS LTDA, CNPJ/CPF: 37.448.298/0001-07, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	06/02/2024 15:11:16	Sr(a)s. Licitantes, esta sessão pública será suspensa, sendo retomada amanhã, QUARTA-FEIRA, DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2024, ÀS 16:00, para checar se o envio ocorreu conforme o determinado e, se for o caso, realizar diligências, convocar o licitante mais bem classificado na sequência, ou apresentar o vencedor.
Pregoeiro	06/02/2024 15:11:24	Portanto, estejam todos conectados. Tenham uma boa tarde.
Sistema	07/02/2024 14:01:05	Senhor Pregoeiro, o fornecedor GRAT SOLUTIONS LTDA, CNPJ/CPF: 37.448.298/0001-07, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	07/02/2024 16:00:09	Boa tarde, Sr(a)s. Licitantes.

Pregoeiro	07/02/2024 16:00:21	Informamos que, dentro do prazo estabelecido, foi entregue, via anexo, a Proposta de Preços ajustada ao lance vencedor do CONSÓRCIO GRAT/ESSE.
Pregoeiro	07/02/2024 16:01:53	Informamos ainda que, para realizar uma melhor análise da documentação de habilitação e verificação da aceitabilidade da proposta, fica agendada nova sessão para TERÇA-FEIRA, DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2024, ÀS 15:00, destinada a comprovar a adequação da proposta e o atendimento aos requisitos da documentação de habilitação, (...)
Pregoeiro	07/02/2024 16:02:00	(...) e, se for o caso, promover diligência, apresentar o resultado do julgamento da documentação, promover a habilitação, ou convocar licitante remanescente.
Pregoeiro	07/02/2024 16:02:15	Portanto, estejam todos conectados. Tenham uma boa tarde.
Sistema	14/02/2024 19:03:02	Senhor fornecedor GRAT SOLUTIONS LTDA, CNPJ/CPF: 37.448.298/0001-07, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	15/02/2024 11:59:40	Senhor Pregoeiro, o fornecedor GRAT SOLUTIONS LTDA, CNPJ/CPF: 37.448.298/0001-07, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	20/02/2024 15:00:48	Boa tarde, Sr(a)s. Licitantes.
Pregoeiro	20/02/2024 15:00:59	Estamos retomando nossas atividades.
Pregoeiro	20/02/2024 15:01:12	Informamos que, conforme Art. 43, §3º da Lei nº 8.666/93, é facultado à Pregoeira a promoção de diligências a qualquer tempo para fins de complementação da instrução do processo.
Pregoeiro	20/02/2024 15:01:21	Após análise realizada na documentação de habilitação do CONSÓRCIO GRAT/ESSE, foi encaminhada, no dia 14 de fevereiro de 2024, a 1ª Diligência à empresa, por e-mail para maior agilidade, nos seguintes termos:
Pregoeiro	20/02/2024 15:01:28	1. "Trata-se da análise da documentação de habilitação do CONSÓRCIO GRAT/ESSE, relativa ao Pregão Eletrônico nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	20/02/2024 15:01:32	2. Na documentação de habilitação encaminhada para cumprimento dos requisitos exigidos na licitação objeto do Edital nº 0642/2023-12, essa empresa apresentou a seguinte planilha, indicando os atestados referentes ao profissional Manoel Francisco Simon, indicado para a função "Coordenador-Geral": (...)
Pregoeiro	20/02/2024 15:01:37	3. Porém, alguns atestados indicados no quadro acima, contantes entre as folhas 129 e 243 da documentação de habilitação, estão ilegíveis.
Pregoeiro	20/02/2024 15:01:44	4. Também está ilegível o atestado referente ao profissional Paulo Lester Serra Zanetti Machado, indicado para a função "Engenheiro Sênior de Infraestrutura (Produto 2)", referente à CAT 00264/2011 - Atestado nº 059/2010 (folhas 313 e 314 da documentação de habilitação).
Pregoeiro	20/02/2024 15:01:49	5. Os itens 9.3, 9.4 e 27.6 do Edital nº 0642/2023-12 estabelecem:
Pregoeiro	20/02/2024 15:01:57	"9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 04 (quatro) horas, sob pena de inabilitação.
Pregoeiro	20/02/2024 15:02:01	9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. (...)
Pregoeiro	20/02/2024 15:02:05	27.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação."
Pregoeiro	20/02/2024 15:02:11	6. Assim, conforme itens 9.3, 9.4 e 27.6 do Edital nº 0642/2023-12, solicitamos que esse consórcio reapresente, devidamente legíveis, os atestados, bem como suas respectivas ARTs, listados no quadro acima (parágrafo 2), e também o atestado citado no parágrafo 4.
Pregoeiro	20/02/2024 15:02:18	7. Os documentos solicitados devem ser encaminhados até as 18:00 (dezoito) horas de sexta-feira, dia 16 de fevereiro de 2024, via anexo do sistema Comprasnet, sob pena de desclassificação."
Pregoeiro	20/02/2024 15:02:24	No dia 15 de fevereiro de 2024, o CONSÓRCIO GRAT/ESSE respondeu à 1ª Diligência, conforme documento anexado ao sistema Comprasnet e ao Processo Administrativo nº 50612.003295/2023-41. (SEI! nº 16982760)
Pregoeiro	20/02/2024 15:02:38	Foram apresentadas via anexo, através do sistema Comprasnet, os atestados e ARTs solicitados, devidamente legíveis.
Pregoeiro	20/02/2024 15:02:55	O item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12 determina:
Pregoeiro	20/02/2024 15:03:03	"9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital."
Pregoeiro	20/02/2024 15:03:20	Conforme análise da Documentação de Habilitação do CONSÓRCIO GRAT/ESSE, constante do item 6 do "Relatório de Análise da Menor Proposta de Preços Apresentada e de sua Documentação de Habilitação" (SEI! nº 17000428), (...)
Pregoeiro	20/02/2024 15:03:35	(...) os atestados apresentados para os profissionais indicados para as categorias "Coordenador-Geral" e "Engenheiro Sênior de Infraestrutura (Produto 2)" não atenderam as exigências do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	20/02/2024 15:03:43	Foram atendidas somente as categorias "Engenheiro / Profissional Pleno (Meio Ambiente)" e "Engenheiro Sênior de Infraestrutura (Produto 4)", itens 10.2.7 e 10.2.8 do Anexo I -

		Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	20/02/2024 15:03:51	O item 10.2 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12 é bem claro quando define os requisitos de habilitação referentes à Capacidade Profissional que deveriam ser apresentados, os quais o CONSÓRCIO GRAT/ESSE não cumpriu, tendo sido inabilitado nos termos no item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	20/02/2024 15:04:00	Assim, o CONSÓRCIO GRAT/ESSE foi considerado inabilitado nos termos no item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12 por não ter atendido os itens 9.11.5 e 9.12.3 do Edital nº 0642/2023-12 e os itens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.5, 10.2.6 e 10.2.10.3 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	20/02/2024 15:04:05	Quanto à Proposta de Preços, os itens 8.9.1 e 8.12 do Edital nº 0642/2023-12 estabelecem:
Pregoeiro	20/02/2024 15:04:19	"8.9.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, (...)
Pregoeiro	20/02/2024 15:04:28	(...) para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. (...) 8.12. Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade."
Pregoeiro	20/02/2024 15:04:38	Conforme análise constante do item 7 do "Relatório de Análise da Menor Proposta de Preços Apresentada e de sua Documentação de Habilitação" (SEI! nº 17000428), para avaliação do item 6.10 do Edital nº 0642/2023-12 e dos itens 9.5, 9.6, 9.8 e 9.10 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12, (...)
Pregoeiro	20/02/2024 15:04:45	(...) seria necessário envio de diligência ao CONSÓRCIO GRAT/ESSE para saneamento das falhas encontradas em sua proposta de preços.
Pregoeiro	20/02/2024 15:04:50	Porém, fundamentando-se no princípio da economia processual, a Proposta de Preços do CONSÓRCIO GRAT/ESSE não foi avaliada em sua integralidade, tendo em vista sua inabilitação descrita acima.
Pregoeiro	20/02/2024 15:04:55	Assim, o CONSÓRCIO GRAT/ESSE será inabilitado nos termos no item 9.17 do Edital nº 0642/2023-12 por não ter atendido os itens 9.11.5 e 9.12.3 do Edital nº 0642/2023-12 e os itens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.5, 10.2.6 e 10.2.10.3 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	20/02/2024 15:05:25	Tendo em vista a desclassificação realizada, convocaremos a licitante seguinte, nos termos do item 8.13 do Edital.
Pregoeiro	20/02/2024 15:05:36	Sr(a)s. Licitantes, daremos reinício à fase de negociação. Permaneçam conectados e atentos às mensagens da Pregoeira.
Pregoeiro	20/02/2024 15:05:42	Para DYNATEST ENGENHARIA LTDA - Sr(a). Licitante, encontra-se conectado(a)?
32.116.154/0001-30	20/02/2024 15:06:52	Boa tarde! Estamos!
Pregoeiro	20/02/2024 15:07:02	Para DYNATEST ENGENHARIA LTDA - Sr(a). Licitante, é dever da Administração Pública garantir um preço mais vantajoso, por meio da negociação. Assim sendo, deseja ofertar um lance melhor?
32.116.154/0001-30	20/02/2024 15:08:45	já ofertamos o nosso melhor valor!
Pregoeiro	20/02/2024 15:09:17	Para DYNATEST ENGENHARIA LTDA - Ante a recusa em negociar o preço ofertado, o valor da proposta final é de R\$ 5.293.400,00.
Pregoeiro	20/02/2024 15:09:31	Sr(a)s. Licitantes, estando encerrada a etapa de negociação, em breve será aberta a convocação do anexo para envio da Proposta com menor preço e mais bem classificada até o momento, retificada conforme o melhor lance proposto, nos termos dos itens 7.30.2 e 10.1 do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	20/02/2024 15:09:36	Com base no item 9 – e respectivos subitens – do instrumento convocatório, o SICAF da empresa vencedora até o momento serão posteriormente consultados, assim como as certidões auxiliares de habilitação (CEIS, CNDT, TCU, CNJ, etc.), (...)
Pregoeiro	20/02/2024 15:09:40	(...) bem como os documentos de habilitação, de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira já inseridos no sistema, antes da abertura do certame, a fim de atestar sua plena conformidade com os requisitos do Edital.
Pregoeiro	20/02/2024 15:09:56	Para DYNATEST ENGENHARIA LTDA - Sr(a). Licitante, será aberta a convocação de anexo para envio da Proposta de Preços ajustada ao lance vencedor, nos termos dos itens 7.30.2 e 10.1 do Edital.
Pregoeiro	20/02/2024 15:10:02	Para DYNATEST ENGENHARIA LTDA - Solicitamos enviar os documentos descritos anteriormente, por meio do portal de Compras do Governo Federal, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a partir desta convocação, compactados e encaminhados em um único arquivo, pois após a primeira anexação, o sistema impossibilita a juntada de novos documentos.
Pregoeiro	20/02/2024 15:10:09	Para DYNATEST ENGENHARIA LTDA - Conforme item 7.30.2.1 do Edital, o prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, através deste chat, ainda durante esta sessão, ou através do e-mail scl.go@dnit.gov.br, e formalmente aceita pela Pregoeira.
Pregoeiro	20/02/2024 15:10:37	Para DYNATEST ENGENHARIA LTDA - Salientamos que o não atendimento da presente convocação, dentro do prazo estipulado para tanto, enseja a desclassificação do certame e a aplicação da penalidade prevista no Art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão Eletrônico).

Sistema	20/02/2024 15:10:45	Senhor fornecedor DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
32.116.154/0001-30	20/02/2024 15:12:11	Enviaremos no prazo estabelecido.
Pregoeiro	20/02/2024 15:13:04	Sr(a)s. Licitantes, esta sessão pública será suspensa, sendo retomada amanhã, QUARTA-FEIRA, DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2024, ÀS 16:00, para checar se o envio ocorreu conforme o determinado e, se for o caso, realizar diligências, convocar o licitante mais bem classificado na sequência, ou apresentar o vencedor.
Pregoeiro	20/02/2024 15:13:09	Portanto, estejam todos conectados. Tenham uma boa tarde.
Sistema	21/02/2024 13:30:30	Senhor Pregoeiro, o fornecedor DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	21/02/2024 16:00:04	Boa tarde, Sr(a)s. Licitantes.
Pregoeiro	21/02/2024 16:00:16	Informamos que, dentro do prazo estabelecido, foi entregue, via anexo, a Proposta de Preços ajustada ao lance vencedor do CONSÓRCIO DYNATEST/NORDEN.
Pregoeiro	21/02/2024 16:00:21	Informamos ainda que, para realizar uma melhor análise da documentação de habilitação e verificação da aceitabilidade da proposta, fica agendada nova sessão para QUINTA-FEIRA, DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2024, ÀS 15:00, destinada a comprovar a adequação da proposta e o atendimento aos requisitos da documentação de habilitação, (...)
Pregoeiro	21/02/2024 16:00:27	(...) e, se for o caso, promover diligência, apresentar o resultado do julgamento da documentação, promover a habilitação, ou convocar licitante remanescente.
Pregoeiro	21/02/2024 16:00:31	Portanto, estejam todos conectados. Tenham uma boa tarde.
Sistema	22/02/2024 20:34:49	Senhor fornecedor DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	23/02/2024 11:53:05	Senhor Pregoeiro, o fornecedor DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30, enviou o anexo para o ítem 1.
Sistema	26/02/2024 11:29:06	Senhor fornecedor DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	26/02/2024 11:32:04	Senhor Pregoeiro, o fornecedor DYNATEST ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.116.154/0001-30, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	29/02/2024 15:00:05	Boa tarde, Sr(a)s. Licitantes.
Pregoeiro	29/02/2024 15:00:13	Estamos retomando nossas atividades.
Pregoeiro	29/02/2024 15:00:21	Informamos que, conforme Art. 43, §3º da Lei nº 8.666/93, é facultado à Pregoeira a promoção de diligências a qualquer tempo para fins de complementação da instrução do processo.
Pregoeiro	29/02/2024 15:00:27	Após análise realizada na documentação de habilitação do CONSÓRCIO DYNATEST/NORDEN, foi encaminhada, no dia 22 de fevereiro de 2024, a 1ª Diligência à empresa, por e-mail para maior agilidade, nos seguintes termos (SEI nº 17041566):
Pregoeiro	29/02/2024 15:00:32	1. "Trata-se da análise da documentação de habilitação do CONSÓRCIO DYNATEST/NORDEN, relativa ao Pregão Eletrônico nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	29/02/2024 15:00:37	2. Na documentação de habilitação encaminhada para cumprimento dos requisitos exigidos na licitação objeto do Edital nº 0642/2023-12, esse consórcio apresentou a seguinte planilha, indicando os atestados referentes ao profissional Eng.º Ernesto Simões Preussler, indicado para a função "Coordenador-Geral": (...)
Pregoeiro	29/02/2024 15:00:41	3. Dos atestados listados no quadro acima, contantes entre as folhas 176 e 245 da documentação de habilitação, apenas o nº 03, referente à CAT 56774/2018 (erroneamente indicada como CAT 038/2017), atendeu os itens 10.2.2 e 10.2.5 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	29/02/2024 15:00:53	4. Porém, no atestado apresentado entre as folhas 352 e 373 da documentação de habilitação, para comprovação da capacidade técnica da profissional Eng.ª Rosângela Evangelista Medrado (CAT 127816/2017), consta o nome do profissional Eng.º Ernesto Simões Preussler como Coordenador-Geral (...)
Pregoeiro	29/02/2024 15:01:01	(...) no contrato de "Elaboração do Projeto Executivo de Adequação de Capacidade e Supervisão de Obras da BR-101/PB" no período de 05/12/2005 a 25/01/2014 (Serviços de Supervisão de Obras), que cumpre os requisitos dos itens 10.2.2 e 10.2.5 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	29/02/2024 15:01:07	5. Os itens 9.3, 9.4 e 27.6 do Edital nº 0642/2023-12 estabelecem:
Pregoeiro	29/02/2024 15:01:13	"9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 04 (quatro) horas, sob pena de inabilitação.
Pregoeiro	29/02/2024 15:01:18	9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. (...)
Pregoeiro	29/02/2024 15:01:22	27.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação."

Pregoeiro	29/02/2024 15:01:32	6. Assim, conforme itens 9.3, 9.4 e 27.6 do Edital nº 0642/2023-12, solicitamos que esse consórcio apresente a CAT do profissional Eng.º Ernesto Simões Preussler referente ao contrato de "Elaboração do Projeto Executivo de Adequação de Capacidade e Supervisão de Obras da BR-101/PB", Edital DNIT 0082/2001, (...)
Pregoeiro	29/02/2024 15:01:42	(...) constante entre as folhas 352 e 373 da documentação de habilitação, para atendimento da comprovação da capacidade profissional da licitante.
Pregoeiro	29/02/2024 15:01:46	7. O documento solicitado deve ser encaminhado até as 18:00 (dezoito) horas de segunda-feira, dia 26 de fevereiro de 2024, via anexo do sistema Comprasnet, sob pena de desclassificação."
Pregoeiro	29/02/2024 15:01:53	No dia 23 de fevereiro de 2024, o CONSÓRCIO DYNATEST/NORDEN respondeu à 1ª Diligência, conforme documento anexado ao sistema Comprasnet e ao Processo Administrativo nº 50612.003295/2023-41. (SEI! nº 17059010)
Pregoeiro	29/02/2024 15:02:02	Foi encaminhada via anexo, através do sistema Comprasnet, a CAT solicitada. (SEI! nº 17059010)
Pregoeiro	29/02/2024 15:02:07	Após análise realizada na proposta de preços do CONSÓRCIO DYNATEST/NORDEN, foi encaminhada, no dia 23 de fevereiro de 2024, a 2ª Diligência à empresa, por e-mail para maior agilidade, nos seguintes termos (SEI! nº 17050110):
Pregoeiro	29/02/2024 15:02:13	1. "Trata-se da análise da proposta de preços do CONSÓRCIO DYNATEST/NORDEN, relativa ao Pregão Eletrônico nº 0642/2023-12.
Pregoeiro	29/02/2024 15:02:17	2. O item 27.6 do Edital nº 0642/2023-12 estabelece:
Pregoeiro	29/02/2024 15:02:22	"27.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação."
Pregoeiro	29/02/2024 15:02:33	3. O item 1.19 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 0642/2023-12 determina:
Pregoeiro	29/02/2024 15:02:42	"1.19. DOS ORÇAMENTOS E PREÇOS DE REFERÊNCIA: Os preços unitários que deram origem ao(s) orçamento referencial foram obtidos da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, oficializada pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020, mês/ano de referência: julho/2023, e: (...)
Pregoeiro	29/02/2024 15:02:47	1.19.6. O valor do Produto 15 foi obtido pelo percentual de 1% (um por cento) sobre a soma das totais dos Produtos 01 a 14, o qual deverá ser mantido inalterado na proposta da Licitante."
Pregoeiro	29/02/2024 15:02:52	4. Na proposta de preços encaminhada por esse consórcio para cumprimento dos requisitos exigidos na licitação objeto do Edital nº 0642/2023-12, foi constatado que o consórcio não apresentou, para o Produto 15, os mesmos valores estimados pelo DNIT no Orçamento Referencial, infringindo o item 1.19.6 do Anexo I do Edital, transcrito acima.
Pregoeiro	29/02/2024 15:02:57	5. Assim, conforme item 27.6 do Edital nº 0642/2023-12, solicitamos que esse consórcio reapresente sua proposta de preços com as planilhas adequadamente corrigidas, de acordo com as observações do parágrafo 4 acima, mantendo o valor inicialmente ofertado de R\$ 5.293.400,00.
Pregoeiro	29/02/2024 15:03:11	6. Solicitamos atenção nas correções a serem efetuadas e orientamos que a proposta de preços seja integralmente conferida antes de ser reenviada. Caso alguma inconsistência não tenha sido apontada, deverá ser sanada da mesma forma. A proposta de preços deve estar rigorosamente de acordo com o orçamento referencial do DNIT e as determinações do Edital.
Pregoeiro	29/02/2024 15:03:16	7. A proposta de preços devidamente corrigida deve ser encaminhada até as 18:00 (dezoito) horas de segunda-feira, dia 26 de fevereiro de 2024, via anexo do sistema Comprasnet, sob pena de desclassificação."
Pregoeiro	29/02/2024 15:03:23	No dia 26 de fevereiro de 2024, o CONSÓRCIO DYNATEST/NORDEN respondeu à 2ª Diligência, conforme documento anexado ao sistema Comprasnet e ao Processo Administrativo nº 50612.003295/2023-41. (SEI! nº 17059076)
Pregoeiro	29/02/2024 15:03:30	Foi encaminhada via anexo, através do sistema Comprasnet, a proposta de preços com as planilhas adequadamente corrigidas, de acordo com as observações acima, mantendo o valor inicialmente ofertado de R\$ 5.293.400,00. (SEI! nº 17059076)
Pregoeiro	29/02/2024 15:03:37	Assim, após análise da Documentação de Habilitação, da Proposta de Preços, e das respostas às diligências enviadas, constatou-se que o CONSÓRCIO DYNATEST/NORDEN atendeu as exigências do Edital, tendo sido considerado classificado e habilitado, conforme relatório emitido pela Pregoeira.
Pregoeiro	29/02/2024 15:03:41	A íntegra da decisão da Pregoeira está disponível para consulta no site do DNIT (https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/licitacoes/superintendencias) e também foi inserida no Processo Administrativo nº 50612.003295/2023-41 (SEI! nº 17094450).
Pregoeiro	29/02/2024 15:03:48	Portanto, realizaremos neste momento a Aceitação e Habilitação da Proposta do CONSÓRCIO DYNATEST/NORDEN no sistema Comprasnet. Permançam conectados.
Sistema	29/02/2024 15:09:23	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	29/02/2024 15:09:45	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 29/02/2024 às 15:40:00.
Pregoeiro	29/02/2024 15:10:41	ATENÇÃO, Sr(a)s. Licitantes, informo que, conforme itens 11.1 e 11.2.2 do Edital nº 0642/2023-12, somente serão aceitas intenções de recursos apresentadas de forma IMEDIATA e MOTIVADA, em campo próprio do sistema. "11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito".

Pregoeiro	29/02/2024 15:10:55	Peço que se atentem para os prazos de recurso, contrarrazão e decisão de recurso registrado na Ata de realização do Pregão, caso existam.
Pregoeiro	29/02/2024 15:11:01	Após os trâmites, a sessão será encerrada.
Pregoeiro	29/02/2024 15:11:06	Agradecemos o interesse e a participação de todos em mais um certame conduzido pelo DNIT GO/DF.
Pregoeiro	29/02/2024 15:11:11	Tenham todos uma boa tarde.

Eventos da Licitação		
Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	08/01/2024 08:27:35	
Abertura da sessão pública	18/01/2024 09:00:01	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	18/01/2024 09:05:00	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	18/01/2024 09:32:31	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	29/02/2024 15:09:23	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	29/02/2024 15:09:45	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 29/02/2024 às 15:40:00.

Data limite para registro de recurso: 05/03/2024.
Data limite para registro de contrarrazão: 08/03/2024.
Data limite para registro de decisão: 22/03/2024.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45 , do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:42 horas do dia 29 de fevereiro de 2024, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

FLAVIA CINTRA EVANGELISTA
Pregoeiro Oficial

DIOGO RODRIGUES VIEIRA
Equipe de Apoio

 Imprimir o Relatório

Voltar





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
COORDENAÇÃO

NOTA n. 00082/2024/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU

NUP: 00688.001935/2023-26

INTERESSADOS: CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

ASSUNTOS: Serviços de engenharia consultiva. Consideração como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual. Qualificação como comum ou especial. Consequente modalidade licitatória e critério de julgamento. Artigo 29, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

1. A presente manifestação visa uniformizar o assunto em epígrafe no âmbito da e-CJU Engenharia, considerando as discussões informais do grupo e manifestações divergentes.

Modalidade licitatória

2. O pregão é modalidade licitatória obrigatória para contratação de bens e serviços comuns, incluindo os comuns de engenharia, com o critério de julgamento do menor preço ou maior percentual de desconto, seja no regime da Lei 8.666/1993 (artigo 1º, da Lei 10.520/2002, c/c artigo 1º e §1º, 7º, do Decreto 10.024/2019) como no da Lei 14.133/2021 (artigos 6º, XLI, 29, parágrafo único).

3. O conceito de serviço comum também permanece o mesmo, como sendo aquele cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

4. Dentro desse conceito macro, o serviço comum de engenharia é aquele que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens (art. 6º, XXI, da Lei 14.133/2021).

5. Os serviços não comuns ou especiais são os não enquadrados nesse conceito, diante de sua alta heterogeneidade ou complexidade.

6. A Orientação Normativa AGU 54, de 2014, preceitua que compete ao setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

7. O enquadramento deve ser feito de acordo com a análise do caso concreto, avaliando-se o objeto licitado e a atual configuração do mercado pertinente.

8. **Ou seja, os serviços de engenharia podem ser comuns (quando é obrigatório o pregão) ou não.**

9. Os serviços de **engenharia consultiva** estavam e estão conceituados como "técnicos profissionais especializados" ou "técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual", tanto na Lei 8.666/1993 como na Lei 14.133/2021, respectivamente.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

(...)

IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;

(...)

d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;

10. Tais serviços eram e continuam sendo trazidos exemplificativamente como passíveis de contratação direta por inexigibilidade se com profissionais ou empresas de notória especialização (artigo 25, II, da Lei 8.666/1993; artigo 74, III, da Lei 14.133/2021). No regime anterior, inclusive era prevista preferencialmente a modalidade concurso para sua contratação (artigo 13, §1º) e isso nunca foi causa de maiores preocupações e justificativas. No atual, o concurso também é aventado (artigo 6º, XXXIX).

11. Eram e continuam sendo serviços mais aptos aos critérios de julgamento melhor técnica ou técnica e preço (artigo 46 da Lei 8.666/1993; artigo 36, §1º, da Lei 14.133/2021), que não podem ser utilizados no pregão.

12. **Ou seja, tais previsões permanecem as mesmas e nunca significaram (e nem poderiam) que os serviços de engenharia consultiva não são e não podem ser comuns. Aliás, sua grande maioria sempre foi e continua sendo comum.**

13. Nesse sentido toda construção teórica do TCU até então:

(...)

É relevante, ainda, a informação trazida pela unidade instrutora de que desde 2012, após a prolação do Acórdão 2932/2011-TCU-Plenário, o Dnit já realizou, em linha com o entendimento do TCU, mais de uma centena de contratações de serviços de supervisão na modalidade pregão (peça 45). Portanto, o mercado de engenharia consultiva encontra-se habituado à elaboração de propostas e ao modelo de disputa normatizado pela Lei 10.520/2002.

(...)

35. Do exposto, pode-se concluir que ocorreu a utilização da modalidade indevida de licitação no certame examinado, uma vez que os objetos que se pretendiam contratar, quais sejam, serviços técnicos especializados de engenharia consultiva e supervisão dos trechos das rodovias concedidos pela ANTT, podem ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, enquadrando-se como 'serviços comuns', cabendo, pois, sua contratação por meio de pregão, em consonância com a legislação, art. 1º, da Lei 10.520/2002, bem como com jurisprudência desta Corte, a exemplo do [Acórdão 2932/2011-TCU-Plenário](#).

[ACÓRDÃO 713/2019 - PLENÁRIO](#)

(sublinhei)

São considerados serviços comuns, tornando obrigatória a utilização do pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, os serviços de engenharia consultiva com padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado (art. 1º da Lei 10.520/2002 c/c art. 4º do Decreto 5.450/2005).

Boletim de Jurisprudência nº 258/2019 do TCU, que trouxe esse Acórdão

14. Em sua 5ª edição, de dez/2023, do [Manual de Licitações & Contratos: orientações e jurisprudência do TCU](#), já no atual regime, corrobora isso quanto a um dos serviços de engenharia consultiva (gerenciamento de obras), mas

cujas razões são as mesmas para as demais:

Acórdão 3395/2015-Plenário [Enunciado] São considerados serviços comuns, tornando viável a utilização do pregão para sua contratação, os serviços de gerenciamento de obras, desde que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado.

15. Todavia, a previsão do artigo 29, parágrafo único, da Lei 14.133/2021, tem gerado algumas interpretações no sentido de que tais serviços não devem ser licitados por pregão; ou seja, uma presunção legal absoluta de sua qualificação como não comuns:

O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

16. Quanto às obras e serviços de engenharia não comuns, sabemos que não podem ser licitados por pregão, pois não estão no conceito legal de serviço comum. Serviços de engenharia consultiva são serviços de engenharia (uma espécie) e algumas vezes (quando não comuns) estão no conceito de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

17. **Assim, a previsão acima não afasta o pregão para todo e qualquer serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual e nem para todo serviço de engenharia (onde a engenharia consultiva é espécie), mas apenas quando estes não forem comuns, tanto que os ressalva na parte final. Tal conclusão não poderia ser diferente, se não conflitaria com diversos dispositivos e todo arcabouço teórico e legal.**

18. No sentido, PARECER n. 00145/2023/CGEN/SCGP/CGU/AGU e PARECER n. 149/2023/CGEN/SCGP/CGU/AGU, que trataram de pregões para serviços de engenharia consultiva, embora no primeiro se mencione a necessidade de maior robustez nas justificativas técnicas para a qualificação do objeto, o que não vemos de todo como uma novidade, já que também havia essa necessidade no tratamento e qualificação na lei anterior.

19. Registre-se que diante do artigo 29, caput, que prevê o mesmo rito, há pouca diferença entre as modalidades pregão ou concorrência (tanto que no início a AGU possuía minuta padrão única de Edital, até maio de 2023). O grande diferencial é o critério de julgamento. E esse é sentido do tratamento previsto para os nominados serviços "técnicos profissionais especializados" ou "técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual", quando não forem comuns. A preocupação maior e eventual prejuízo está em uma qualificação falha do objeto e consequente apreciação da proposta mais vantajosa.

Critério de julgamento

20. Outra previsão que tem gerado alguma dúvida é a obrigatoriedade do uso dos critérios de julgamento melhor técnica ou técnica e preço para os serviços de engenharia consultiva, como técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, acima de R\$ 359.436,08, no artigo 37, §2º, da Lei 14.133/2021:

Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

§ 1º O critério de julgamento de que trata o **caput** deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;

II - serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;

III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;

IV - obras e serviços especiais de engenharia;

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

§ 2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do **caput** do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por:

I - melhor técnica; ou

II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.

21. **Ocorre que, uma vez qualificado como comum, será utilizado o pregão. Essa obrigatoriedade recai apenas para os serviços não comuns nas demais modalidades cabíveis. Ser serviço de engenharia consultiva acima desse valor não o desqualifica como comum, quando assim foi definido.**

22. A previsão, mais uma vez, não é de toda uma novidade. Houve apenas uma especificação e recorte de valor para uma obrigação absoluta do uso desses critérios. Veja-se o que constava na Lei 8.666/1993:

Art. 46. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado o disposto no § 4º do artigo anterior.

Conclusão

23. **Diante do exposto, conclui-se que:**

a) A solução sempre foi e continua sendo a qualificação técnica e motivada da natureza dos serviços de engenharia consultiva como comuns ou não no caso concreto, nos termos da Orientação Normativa AGU 54, de 2014.

b) Sendo comum, utiliza-se obrigatoriamente o pregão e o critério de julgamento será sempre o menor preço ou maior percentual de desconto.

d) Sendo não comum ou especial, não se pode utilizar o pregão, mas outras modalidades, como a concorrência, sendo que o critério de julgamento poderá ser, dentre outros, o menor preço ou maior percentual de desconto, exceto se o valor superar R\$ 359.436,08, quando a melhor técnica ou técnica e preço serão obrigatórias.

CHARLON LUIS ZALEWSKI
Advogado da União
Coordenador da e-CJU Engenharia
[charlon.zalewski@agu.gov.br]

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00688001935202326 e da chave de acesso 8470b7ae

Documento assinado eletronicamente por CHARLON LUIS ZALEWSKI, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1485803467 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CHARLON

LUIS ZALEWSKI, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 06-05-2024 14:50. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.
